

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA
PEDRO APRIGIO DOS SANTOS**

**O DIÁLOGO PLATÔNICO E A TOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA PROPOSTA
PARA O ENSINO MÉDIO**

Campo Grande-MS
2025

PEDRO APRIGIO DOS SANTOS

**O DIÁLOGO PLATÔNICO E A TOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA PROPOSTA
PARA O ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado
Profissional em Filosofia da Faculdade de Ciências
Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristina de Souza Agostini.

Campo Grande-MS
2025

PEDRO APRIGIO DOS SANTOS

**O DIÁLOGO PLATÔNICO E A TOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA PROPOSTA
PARA O ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado
Profissional em Filosofia da Faculdade de Ciências
Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristina de Souza Agostini

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Cristina de Souza Agostini (UFMS)
Orientadora

Prof. Pedro Damasceno Uchôas (UFMS)
Examinador

Prof. Dr. Walter Valdevino Oliveira Silva (UFRRJ)
Examinador

Data da aprovação: 26/09/2025.

Campo Grande – MS
2025

Ao meu Pai, José Aprício, cuja história, vivida à
margem das letras, foi o alicerce para que eu
pudesse mergulhar no universo acadêmico.

Dedico.

RESUMO

O presente trabalho aborda a importância do método dialógico platônico, apresenta as religiões como manifestações culturais e políticas e a promoção da tolerância religiosa, a partir de discussões trabalhadas no ambiente escolar do Ensino Médio, em uma escola pública de Campo Grande-MS. Serviram de aporte teórico Platão (1975; 2006), que, na figura de Sócrates, enfatiza a dialética em detrimento da retórica; John Locke (2022), Voltaire (2022) e Juan José Tamayo (2004), que discutiram sobre a tolerância religiosa; Milene Cristina Santos (2017), a respeito da intolerância religiosa; Mircea Eliade (2018), acerca da essência das religiões; e Cristina de Souza Agostini (2023) e Juarez Gomes Sofiste (2017), sobre a investigação dialógica, além do embasamento nos documentos oficiais basilares dos direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2013), a Constituição Federal (Brasil, 2016) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). A pesquisa torna-se relevante não somente por pautar o método dialógico platônico, as questões religiosas, na perspectiva filosófica, e as ciências das religiões, mas também por enfatizar uma abordagem pedagógica que busca instrumentalizar professores e estudantes para a cultura da tolerância, da paz, para o diálogo respeitoso e para a valorização da alteridade.

Palavras-chave: Diálogo platônico-socrático. Tolerância Religiosa. Pluralidade Religiosa. Direitos Humanos. Filosofia.

ABSTRACT

This paper addresses the importance of the Platonic dialogical method, presents religions as cultural and political manifestations, and the promotion of religious tolerance, based on discussions held in the high school environment of a public school in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. The theoretical contributions were provided by Platão (1975; 2006), who, in the figure of Socrates, emphasizes dialectics over rhetoric; John Locke (2022), Voltaire (2022), and Juan José Tamayo (2004), who discussed religious tolerance; Milene Cristina Santos (2017), regarding religious intolerance; Mircea Eliade (2018), regarding the essence of religions; and Cristina de Souza Agostini (2023) and Juarez Gomes Sofiste (2017), on dialogical investigation, in addition to the foundation in fundamental official documents of human rights, such as the Universal Declaration of Human Rights (UNO, 2013), the Federal Constitution (Brasil, 2016), and the National Common Curricular Base (Brasil, 2018). The research becomes relevant not only because it bases the Platonic dialogical method, religious issues, from a philosophical perspective, and the sciences of religions, but also because it emphasizes a pedagogical approach that seeks to equip teachers and students for a culture of tolerance, peace, respectful dialogue, and the appreciation of otherness.

Keywords: Platonic-Socratic dialogue. Religious Tolerance. Religious Plurality. Human Rights. Philosophy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Momento de conversa com o representante neopentecostal	57
Figura 2 – Momento de dinâmica e encerramento	58
Figura 3 – Momento de palestra com religioso católico	59
Figura 4 – Momento de explicação da doutrina católica e encerramento	61
Figura 5 – Momento de palestra com representante do Candomblé	62
Figura 6 – Momento de explanação sobre o Candomblé e encerramento	65
Figura 7 – Momento de palestra com representante do Espiritismo	66
Figura 8 – Momento de explanação sobre o Espiritismo e encerramento	67
Figura 9 – Exposição de <i>Banners</i> na escola	68
Figura 10 – <i>Banner</i> : O que é diálogo?	69
Figura 11 – <i>Banner</i> : Tolerância e religião	71
Figura 12 – <i>Banner</i> : Poesias/Poemas	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
CHS	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
COMESP	Coordenadoria de Modalidades Específicas
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EM	Ensino Médio
Fdr.	Fedro
MS	Mato Grosso do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
Pl.	Platão
PPP	Projeto Político Pedagógico
Prof-Filo	Programa de Mestrado Profissional em Filosofia
R.	República
SED	Secretaria de Estado de Educação
SUPED	Superintendência de Políticas Educacionais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 O QUE É DIÁLOGO E O MÉTODO DIALÓGICO DE PLATÃO APLICADO AO ENSINO MÉDIO?	14
2.1 A Filosofia e sua importância para entender a si mesmo e ao mundo.....	14
2.2 Diálogo: necessidade e desafio nas relações humanas.....	18
2.3 A importância da ação dialógica socrático/platônica.....	20
2.4 Sócrates em <i>Fedro</i> e na <i>República</i>	23
2.4.1 A <i>República</i>	26
2.5 Trasímaco e a impossibilidade do diálogo.....	31
3 A RELIGIÃO E A NECESSIDADE DO RESPEITO E DA TOLERÂNCIA: IMPACTOS POLÍTICOS, CULTURAIS E ECONÔMICOS	35
3.1 Filosofia e Religião: crise e sentido da existência humana- mito, símbolo e rito	35
3.2 Religião e seus aspectos antropológicos, históricos, políticos e econômicos	37
3.3 A questão da tolerância	41
3.3.1 A filosofia da tolerância de Locke	43
3.3.2 Fundamentos de Voltaire para a tolerância	44
3.4 A tolerância e sua necessidade para a construção da paz	45
4 RELATÓRIO DAS APRESENTAÇÕES DOS SEMINÁRIOS, DAS PALESTRAS E DAS RODAS DE CONVERSA	51
4.1 Projeto encaminhado à Secretaria de Estado de Educação (SED-MS)	51
4.2 Habilidades e Competências trabalhadas	52
4.3 Componentes curriculares e professores (as) envolvidos (as)	55
4.4 Realização dos momentos prático-interativos da pesquisa	56
4.4.1 Roda de conversa sobre o Cristianismo (Neopentecostalismo)	56
4.4.2 Palestra sobre o Cristianismo (Catolicismo)	58
4.4.3 Palestra sobre a Religião de Matriz Africana (Candomblé)	61
4.4.4 Palestra sobre a doutrina Kardecista (espiritismo)	66
4.5 Exposição de <i>banners</i> nos seminários e na escola	68
5 CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	80

1 INTRODUÇÃO

O diálogo filosófico impulsiona a busca de se conhecer a verdade. E, nesse sentido, deve provocar no estudante questionamentos sobre os discursos que lhe atingem para que possa compreender se a informação transmitida é verdadeira ou falsa. O autor que tem papel preponderante no mundo ocidental pela produção dialógica no campo filosófico é Platão, por meio de seus personagens, sobretudo, Sócrates.

O diálogo platônico pode ser interpretado sob a perspectiva de uma filosofia que busca os mecanismos do viver e conviver melhor para o alcance da felicidade. O método dialógico de Platão aplicado ao Ensino Médio é uma oportunidade de provocar no estudante a inquietação, o desejo de impulsioná-lo a uma convivência mais racional, em que se desenvolva uma cultura dialógica e tolerante, sobretudo, religiosa, imprescindível para o Estado laico, democrático e para a promoção da paz. A tolerância consiste em buscar conviver com o diferente, tendo como princípio a compreensão e o respeito às suas particularidades. Ela é uma prática que impulsiona o ser humano a se “relacionar e conviver com pessoas e grupos humanos pertencentes a grupos culturais, religiosos e tradições culturais diferentes das nossas, respeitando as diferenças e sem tentar impor o próprio credo ou modo de vida” (Tamayo, 2004, p.144)¹.

No que diz respeito à questão religiosa, vê-se que o Estado brasileiro atualmente comporta uma pluralidade de crenças. Em dezembro de 2007, foi instituída a Lei nº 11. 635, que estabelece o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, em 21 de janeiro. Mas a tolerância religiosa não pode e nem deve ser apenas uma questão formal, ou seja, constar somente na lei. É necessária a sua prática por meio do Estado e de todos os cidadãos, em especial, no ambiente escolar. A escola, como umas das principais instituições na formação da sociedade, deve ser o espaço de convivência, respeito e promoção à diversidade.

A escola pública é uma instituição cujos agentes professam diversas concepções políticas, sociais, econômicas e religiosas. Diante disso, é essencial para a convivência humana e democrática, nesse ambiente plural, a prática do diálogo racional que propicie a delimitação de um espaço em que todos sejam iguais porque são capazes de falar, serem ouvidos e, posteriormente, reformular suas concepções iniciais.

¹Ao citar este autor faço tradução própria. “relacionarse y convivir con personas y grupos humanos pertenecientes a tradiciones culturales, religiosas y espirituales distintas de las nuestras, dentro del respeto a las diferencias y sin pretender imponer el propio credo o modo de vida” (Tamayo, 2004, p.144).

O diálogo é essencial nas relações humanas para uma convivência saudável e, em razão disso, deve ocupar lugar no centro das famílias, entre os amigos e na esfera profissional. Assim, como seria possível viver essa prática dialógica no século XXI, cujo uso imoderado das novas tecnologias é característico juntamente com a propagação das *fake news*?

Para conviver em sociedades plurais, ou seja, democráticas e não autoritárias, é necessário (re)ver, (re)analisar, (re)organizar algumas ideias e valores, e o diálogo mostra-se como um dos meios possíveis para isso. Mas como dialogar com quem não busca os fatos, mas as reafirmações de suas próprias crenças? Como dialogar com quem não deseja sair da caverna²? Por fim, é possível haver diálogo quando todos querem expor visões sobre acontecimentos, mas recusam-se a escutar? Tais questões são essenciais no desenvolvimento desta pesquisa.

Com efeito, o presente trabalho tem como fundamentação teórica os diálogos platônicos *Fedro* e *República*, bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, especialmente, em seu Art. 18, sobre a capacidade do ser humano ser dotado de liberdade para escolher sua religião ou crença, bem como manifestá-la em público ou particular. Ademais, a Constituição Federal de 1988, também nas legislações infralegais e normas educacionais, exprime a máxima supracitada na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Além disso, esta pesquisa ancora-se nas competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento normativo da Educação Básica no Brasil que define dez competências gerais que o estudante deverá desenvolver ao longo da educação básica. Dentre tais competências, destacam-se a 6ª e a 9ª, que tratam da valorização da diversidade, do exercício da cidadania, do respeito ao outro e da abertura para o diálogo com vista à resolução de conflitos. Nas competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, designadamente a competência número 5³ (cinco) abarca, em seu texto, a necessidade de conhecer e combater as injustiças e o preconceito por meio da ética e dos direitos humanos.

Conforme o supracitado, o presente trabalho pressupõe tais referenciais legais vigentes, bem como o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul. Neste, destaca-se o tópico Temas Contemporâneos Transversais e, nesse contexto, as duas macro áreas temáticas,

² Aqui, refiro-me da Alegoria da Caverna (Pl. R. 514a– 517 a9).

³ “Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (Brasil, 2018, p. 564).

a saber: o multiculturalismo e a cidadania/civismo. Deste documento, aplica-se como referencial à pesquisa a habilidade EM 13 CHS 502⁴ da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que pode ser efetivada do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, pois esta habilidade traz o diálogo como balizador para combater o preconceito, a intolerância, a discriminação e atua como maneira de nutrir o respeito aos Direitos Humanos.

Assim, a presente pesquisa, cujo objetivo é de argumentar que o diálogo socrático, pode funcionar como método de ensino escolar eficaz para a promoção da tolerância religiosa nas sociedades democráticas, estrutura-se em três seções de teoria e análise prática. A primeira seção (seção 2) analisa a forma do diálogo socrático demonstrando de que modo se deve dialogar, especificamente, em sala de aula, a partir da análise de alguns diálogos, sobretudo *Fedro* e *República*.

A segunda seção (seção 3) define que a religião não está desvinculada das ações culturais, políticas e econômicas, além disso, argumenta sobre a necessidade do respeito e da tolerância a partir dos autores John Locke, Voltaire e Tamayo⁵.

Por fim, a terceira seção (seção 4) é dedicada à análise do relatório das apresentações dos seminários, palestras e rodas de conversas realizadas por representantes das seguintes religiões, crenças ou igrejas: Cristianismo (catolicismo e neopentecostalismo), Religiões de Matriz Africana (candomblé) e doutrina Kardecista (espiritismo). Essas atividades (seminários, palestras e rodas de conversas) foram organizadas após a realização, em sala de aula, de um treino dialógico com os estudantes, que teve como objetivo prepará-los para ouvir, dialogar e questionar com respeito e abertura.

O objetivo é demonstrar a aplicação da discussão acerca da diversidade religiosa no âmbito filosófico, ético e pedagógico, especialmente, no contexto do Ensino Médio e, além disso, buscar promover a escola como espaço de tolerância, na medida em que ela encerra valores laicos e democráticos, proporcionando a educação de jovens oriundos de diferentes famílias e, portanto, de distintos nichos religiosos.

⁴ (MS.EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

⁵ Refiro-me aos textos *Carta sobre a tolerância*, *Tratado sobre a tolerância* e *Fundamentalismo y diálogo entre religiones*, respectivamente de Locke, Voltaire e Tamayo.

Enquanto espaço comum, a escola pública não pode privilegiar uma religião, mas sim formar pessoas capazes de conviver em um mundo plural e, dentro desse enfoque, objetiva-se que esta pesquisa funcione como um mecanismo auxiliar ao professor de Filosofia do Ensino Médio e a todos aqueles que atuam com Temas Contemporâneos Transversais, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de práticas dialógicas e tolerantes no ambiente escolar.

O trabalho de campo foi realizado na Escola Estadual Cívico-Militar Marçal de Souza Tupã-Y⁶. Ela, em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), aponta os valores para que se tenha uma educação comprometida com princípios éticos e democráticos, traz sete eixos, a saber: Civismo; Dedicação; Excelência; Honestidade; Respeito; Participação; e Inovação. Desses princípios, destacam-se, em termo de importância para esta dissertação, dois: o civismo e o respeito, pois tratam de uma convivência respeitosa no âmbito social, cultural, político, religioso e dos direitos e deveres do cidadão.

Nesse cenário, promover o diálogo em sala de aula não se trata apenas de um exercício argumentativo, mas de uma prática formativa voltada à construção da cidadania em contextos democráticos e, desta forma, a habilidade de ouvir, refletir e reformular posições à luz de argumentos racionais é um dos pilares da convivência social e plural, sobretudo, em tempos marcados por discursos de ódio, polarizações ideológicas e intolerância religiosa. Ensinar o diálogo é, portanto, um modo de ensinar o viver democrático, pois implica formar sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, aptos a lidar com o dissenso sem recorrer à violência ou à imposição de crenças.

Por isso, cabe também ao professor, especialmente, o de Filosofia, o papel de mediador qualificado desse processo. Mas não se pode omitir que é preciso reconhecer que a formação docente nem sempre oferece as ferramentas conceituais e metodológicas necessárias para tratar com segurança e profundidade temas sensíveis como religião e intolerância. Logo, a proposta aqui apresentada pretende contribuir para esse campo, ao oferecer uma experiência concreta, fundamentada teoricamente e aplicada didaticamente, que auxilia o educador a enfrentar, com responsabilidade e criticidade, os desafios da diversidade religiosa no contexto escolar.

⁶ Escola Estadual Cívico-Militar Marçal de Souza Tupã-Y, localizada na região Sul, Rua Luiz de Vasconcelos, nº 200, Bairro Los Angeles, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

O recorte temático deste estudo mostra-se, particularmente, pertinente diante da realidade escolar brasileira, em que casos de discriminação religiosa, discursos intolerantes e práticas pedagógicas silenciadoras ainda ocorrem de forma preocupante. A abordagem filosófica aqui proposta visa oferecer alternativas viáveis para que o espaço escolar se transforme num território de respeito mútuo e de escuta ativa. Trata-se, pois, de reconhecer que o ambiente educacional é, por excelência, um lugar de construção de sentido e de formação crítica, no qual nenhuma forma de violência simbólica ou exclusão pode ser normalizada.

Além disso, a sociedade hodierna abarca um contexto em que o avanço das tecnologias da informação, embora democratize o acesso à fala, também facilita a difusão de dogmas, de discursos de ódio e de verdades absolutas travestidas de opinião e, nesse cenário, a Filosofia revela-se uma aliada indispensável, justamente por exigir o exame rigoroso das ideias e dos argumentos, o reconhecimento das próprias limitações e a disposição para o dissenso. Dentro desse enfoque, não há dúvidas de que a Filosofia não é apenas transmitir conteúdos históricos, mas contribuir na formação de pessoas críticas e sensíveis ao outro e é nesse horizonte que o presente trabalho inscreve-se, ao defender o diálogo e a tolerância como um antídoto ético contra os extremismos que ameaçam a convivência democrática e a paz.

2 O QUE É DIÁLOGO E O MÉTODO DIALÓGICO DE PLATÃO APLICADO AO ENSINO MÉDIO?

2.1 A filosofia e sua importância para entender a si mesmo e ao mundo

No pensamento platônico, a filosofia é compreendida como a incansável busca pela verdade. Ela impulsiona o homem a superar a ilusão, a recusar a mentira e a se dedicar à sabedoria e à verdade (Pl., *R.*485). No diálogo *Fedro*, Platão argumenta por meio de Sócrates, que a reflexão é necessária para discernir a melhor via diante da multiplicidade das coisas para atingir a clareza: “a condição humana implica a faculdade de compreender o que denominamos ideia, isto é, ser capaz de partir da multiplicidade de sensações para alcançar a unidade mediante a reflexão” (Pl., *Fdr.*, 249c). Pode-se afirmar que o ato reflexivo permite ao homem distinguir o que é fato e o que é opinião, rever, analisar e comparar seus valores, suas crenças, examinar seus desejos e impulsioná-lo na busca pelo autoconhecimento.

Diante dessa compreensão de filosofia, pode-se exemplificá-la por meio da busca pelo conhecimento, retratada na Alegoria da Caverna, no diálogo *República* (Pl., *R.*, 514a-517a9). Nesta obra, o autor retrata, por meio de metáforas, o caminho de desenvolvimento que o homem passa na aquisição da verdade. Na caverna, os homens estão presos

desde a infância, com grilhões nas pernas e no pescoço de modo que fiquem imóveis onde estão e só voltem o olhar para frente, já que os grilhões os impedem de virar a cabeça. De longe chega-lhes a luz de uma fogueira que arde num local mais alto, atrás deles, e, entre a fogueira e os prisioneiros, há um caminho em aclive ao longo do qual se ergue um pequeno muro (Pl., *R.*, 514 a-b).

Desse modo, chega-se ao conhecimento porque um prisioneiro é forçado por um processo doloroso a romper os grilhões, as correntes, e a sair para encontrar a luz, o sol, a verdade. Então, o percurso que o leva ao conhecimento torna-se necessário para o desenvolvimento da verdade, conforme postulado por Platão.

Após esse processo, ele contempla a realidade verdadeira - os objetos fora da caverna e, por fim, o Sol, que representa o bem e a verdade. Aquele que conheceu a verdade sente o impulso de retornar à caverna para libertar os outros. No entanto, ao tentar transmitir seu conhecimento, é desacreditado: “E a quem tentasse libertá-los e conduzi-los lá para cima, se de alguma forma pudessem segurá-lo com suas mãos e matá-lo, eles não o matariam? (Pl., *R.*, 517a).

Na alegoria da caverna, Platão deixa claro que as sombras são sensações e opiniões que não refletem o verdadeiro conhecimento, mas que a educação, a filosofia e a contemplação inteligível das coisas o trazem à luz e ao conhecimento verdadeiro. Ele ensina que se deve contemplar o sol, a verdade e os fatos e não as opiniões e as versões sobre os fatos. Portanto, a alegoria da caverna continua sendo importante para refletir os grillhões, as correntes e as sombras de uma sociedade hiperconectada, tendo em vista que parte dela vive contagiada pela desinformação, pela *fake news* e sem senso crítico, sem uma reflexão sobre a realidade na qual se encontra. A referida comparação permite examinar as ditas “verdades” que são propagadas em vários campos, a exemplo das redes sociais, e ir em busca do conhecimento. Assim, a simbologia da caverna faz questionar as crenças e os valores que conduzem a sociedade.

A filosofia “não tem como objetivo dar informações sobre fatos que ignoramos, mas modificar e aperfeiçoar nossa compreensão da realidade” (Micheletti, 2007, p. 35). Assim, deve levar a pessoa a ter consciência de si e do mundo, enquanto ser racional e finito. Essa experiência reflexiva “é uma prática de vida, um pensamento sobre nós mesmos, um modo de fazermos com que nossa vida seja melhor” (Gallo, 2016, p. 12). Desse modo, a filosofia leva a uma autorreflexão e ao aprofundamento de si, a fim de buscar sentido para compreender a realidade.

Diante dessa realidade, o fazer filosófico impulsiona o ser humano à prática dialógica. Então, o diálogo, enquanto método filosófico que, necessariamente, desenvolve-se por meio da interlocução de dois, ou mais agentes, pode mostrar potencial para uma educação que não isola os fatos nem divide a realidade, mas busca esclarecimento e autonomia para a compreensão dos acontecimentos do cotidiano.

O ensino de filosofia deve levar a pessoa a refletir sobre o contexto no qual ela se encontra, a não aceitar as respostas dadas e questionar as soluções prontas oferecidas pelo “mundo”. Este ensino deve ser crítico, reflexivo e ter um caráter de resistência.

Resistência ao momento presente, momento de contínua aceleração, no qual nada mais é duradouro; e resistência à opinião generalizada, ao jogo daqueles que tudo sabem sobre todas as coisas. Resistência singular de si mesmo contra um mundo de finalidades generalizadas (Gallo, 2012, p. 22).

O ato de questionar faz parte do pensamento filosófico e leva o homem a refletir sobre sua realidade, a fim de resistir a narrativas que impedem uma análise crítica da realidade. Tal resistência mostra o caráter reflexivo da filosofia de definir e de elucidar os fatos em uma

sociedade bombardeada de informações e que, na maioria das vezes, não busca diferenciar fatos e opiniões.

Diante do excesso de informações fragmentadas e da rapidez com que juízos são formados nas redes sociais, a filosofia vem como uma mediação essencial entre a informação e a sabedoria, ensinando a discernir, hierarquizar, duvidar e recomeçar o pensamento sempre que necessário. No ambiente escolar, sua função não é apenas transmitir conteúdos históricos, mas formar o hábito da reflexão cuidadosa e o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de resistir aos apelos imediatistas que marcam a vida contemporânea.

Ao retomar à Alegoria da Caverna à luz da sociedade hiperconectada, na qual “os poderes estão apenas se tornando mais sutis e invisíveis, de modo que não temos mais consciência dele. Nós até confundimos isso com liberdade” (Han, 2023, p. 29), percebe-se que os grilhões não são mais apenas físicos ou institucionais, mas digitais/algoritmos e subjetivos e, dessa forma, as redes sociais, ao produzirem bolhas ideológicas e reafirmações contínuas de crenças pessoais, replicam o mecanismo da caverna: impedem o giro da alma em direção à verdade. O papel da filosofia, nesse cenário, é libertar o sujeito do automatismo e oferecer-lhe os instrumentos conceituais para que possa se colocar criticamente diante daquilo que consome, acredita e compartilha.

O professor, em especial, o de Filosofia, tem a missão e o desafio de trabalhar com o estudante a necessidade do diálogo e da construção dos argumentos em sala de aula para que, na vida em sociedade, o discente desenvolva sua autonomia e, assim, seja capaz de analisar criticamente os discursos do mundo político, religioso, econômico e educacional, para determinar se, de fato, correspondem à realidade ou são apenas discursos falaciosos, vazios e confusos, sobretudo, os discursos veiculados por meio das novas tecnologias com ênfase nas redes sociais. Desse modo, o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos levá-los-á a adquirir competência para distinguir o que é verdade e o que não é, visto que um dos maiores desafios na convivência em sociedade no século atual é a propagação das *fake news* (que ganham *status* de verdade).

O diálogo é essencial na convivência, pois ele treina o homem para ouvir o contraditório, preparando-os para promover uma cultura de tolerância, em que seja possível conviver com o diferente. A tolerância é indispensável em nossas relações sociais, pois tolerar não é se isolar do outro, mas buscar conviver com o diferente, tendo como princípios a compreensão e o respeito às suas particularidades.

No século XVII, em meio à intolerância e à violência por questões doutrinárias entre católicos e protestantes, o filósofo John Locke, em sua *Carta sobre a tolerância*⁷, aborda elementos que são fundamentais para entender o valor da tolerância, sobretudo, a religiosa. Ele argumenta:

Tolerância para com aqueles que divergem dos outros em matéria de religião é tão conforme ao Evangelho de Jesus Cristo e à genuína razão da humanidade, que parece monstruoso ser tão cego a ponto de não perceber, com enorme clareza, a necessidade e vantagem dela (Locke, 2022, p. 36).

As postulações de Locke sobre a tolerância religiosa corroboram com as análises sobre as questões de convivência religiosa no século XXI. Dessa forma, o diálogo, como citado neste trabalho, é importante para uma convivência tolerante e saudável. Assim, é fundamental trazer a cultura do diálogo, como um elemento essencial, no Ensino Médio, para a convivência democrática, e da tolerância religiosa em uma sociedade na qual existe pluralidade de crenças. Essa pluralidade delimita-se em razão da visão e compreensão diversa que se tem sobre Deus/Divindade/Sagrado, fazendo com que haja múltiplas concepções religiosas e espirituais. Essa realidade tão presente na sociedade brasileira, das “manifestações de Deus, das expressões do sagrado e das experiências do Mistério na história humana, bem como das mediações do divino e dos caminhos da salvação” (Tamayo, 2004, p. 136)⁸, exige conhecimento e respeito para que a tolerância seja algo além de mera utopia.

Eliade, ao investigar os elementos essenciais das religiões, argumenta: “não é a variedade infinita das experiências religiosas do espaço que interessa, mas, ao contrário, seus elementos de unidade” (2018, p. 59). Nesse sentido, para construir a tolerância, é preciso compreender o que une as pessoas e respeitar o que os torna diferentes. Assim sendo, é pertinente, para o momento, voltar-se para a tolerância religiosa no Brasil: na medida em que se trata de um país democrático e, ademais, sem religião estatal, é indispensável que o cultivo do respeito às diferentes crenças e cultos religiosos esteja no cerne da formação escolar das crianças e jovens. Diante disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua competência 9ª, define que é necessário o estudante “exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro

⁷ Nas terceira e quarta seções, iremos desenvolver melhor a questão da tolerância religiosa e sua necessidade em nossa sociedade.

⁸ “Manifestaciones de Dios, de expresiones de lo sagrado y de experiencias del Misterio en la historia humana, así como de mediaciones de lo divino y de caminos de salvación” (Tamayo, 2004, p. 136).

e aos direitos humanos, [valorizar o outro] sem preconceitos de qualquer natureza” (Brasil, 2018, p. 10).

2.2 Diálogo: necessidade e desafio nas relações humanas

A linguagem como uma manifestação e articulação de signos/símbolos e ideias é tipicamente cultural e política, ou seja, apenas o homem vive e compreende essa realidade. A capacidade de criar e de articular esses símbolos, compreendê-los e falar é um dos elementos estruturais da cultura humana, a qual diferencia o homem dos outros seres vivos. Essa característica promove o compartilhamento de ideias e a disseminação do saber entre gerações, de modo a expressar as várias formas de manifestação dessa cultura.

Na antiguidade, o filósofo grego Aristóteles, em sua obra *Política*, desenvolveu a argumentação de que o homem é um animal político porque faz uso do *logos*, isto é, da palavra: “só o homem, dentre todos os seres vivos, possui a palavra. [O discurso] serve para tornar claro o útil e o prejudicial e, por conseguinte, o justo e o injusto” (Aristóteles, *Política*, 1253, a10). Ou seja, só a fala é característica de seres sociáveis, mas, mais que isso, evidencia que aquele que fala possui racionalidade. Assim, o diálogo é uma experiência de vida na comunidade de seres racionais. Pode-se evidenciar que o diálogo brota da interação que o homem faz por meio da linguagem. A palavra abordada por Aristóteles é fundamental para as significações epistemológicas, de modo que ela permite adotar as mais variadas explicações sobre as coisas. Ela permite sustentar um argumento e expor o ponto de vista para as outras pessoas, de modo que se defenda uma ideia ou se possa refutá-la. Essa habilidade de usar o *logos* desenvolve-se por meio da articulação da ideia, do raciocínio e da argumentação sobre perspectivas distintas e não se limita ao som de palavras.

A linguagem é tão importante para as discussões filosóficas que o filósofo Martin Heidegger a define como “um elemento fundamental na convivência dos homens. [...] O homem é um ser vivo que tem a faculdade de falar, que se expressa, enquanto existe na fala com os outros” (2012, p. 166-167). Desse modo, sem ela não seriam possíveis as relações sociais. O referido filósofo busca o sentido antropológico da linguagem, pois, simplesmente, o homem fala. E, por meio desta, ele se autoafirma no mundo enquanto ser de linguagem.

Por meio da linguagem, o homem comunica seu pensamento, interage e busca de diversas formas explicar e dar sentido à sua vida e ao mundo à sua volta, pois “a linguagem é o espaço do desvelamento e, ao mesmo tempo, da crítica do sentido do mundo, do homem e

do todo” (Oliveira, 2000, p. 127). E, assim, pode-se considerar que a linguagem faz sentido em seu estabelecimento com os interlocutores. Ela torna possível um cenário dinâmico e dialógico, em busca de esclarecimentos e possíveis soluções entre os seres racionais. Por meio dela, as ideias interconectam-se dialeticamente: surgem novas formas de ver e refletir a realidade.

A sociedade brasileira é composta por uma variedade de religiões e formas de culto. Mas será que o povo brasileiro reconhece-se e aceita-se como plural, sobretudo, em termos religiosos? Qual é o destaque da pluralidade e liberdade religiosas e de culto na agenda política e na educação? É necessário conscientizar, aceitar e tolerar essa diversidade tão marcante em nossa estrutura social e política. Esses questionamentos são pertinentes e desafiadores, pois a falta do diálogo, da tolerância e do reconhecimento da alteridade pode comprometer as relações sociais e as estruturas democráticas.

O diálogo é necessário em todos os aspectos de nossa vida social e profissional. Ele é o meio pelo qual se buscam esclarecimentos para uma convivência *humana*. É necessário dialogar para conhecer, entender e buscar possíveis soluções para os desafios e problemas individuais e coletivos. De um lado, a ação efetivamente dialógica acontece entre dois agentes em que haja predisposição para o reconhecimento das falhas e, conseqüentemente, mudança de posicionamento. Em outros termos, o diálogo torna possível o aprendizado conjunto. De outro lado, a crença arraigada em posições e discursos impossibilita o avanço de qualquer conhecimento e, assim, o encontro de dois agentes para um pretenso *diálogo* tem como resultado apenas o embate de palavras. Com efeito, o diálogo, tal como delimitado por Platão é mais profundo do que nossas conversas fáticas. Na ação dialógica, é necessária a disposição para escutar e entender o interlocutor, o porquê ele pensa e defende determinada ideia ou valor. Essa abertura e compreensão é fundamental para o avanço do conhecimento e da prática da tolerância, tendo em vista uma prática de convivência racional.

O diálogo encontra hoje sérios obstáculos, levando-se em consideração o fato de que a sociedade digital tem promovido uma cultura da velocidade e da superficialidade, em que o tempo para escutar o outro foi substituído pela ânsia de responder rapidamente. O espaço público contemporâneo, notadamente, as redes sociais, tornou-se um campo de disputas de narrativas, no qual impera a lógica da performance e da aprovação imediata, em detrimento da escuta e da análise dos fatos.

Nesse cenário, observa-se que dialogar não é apenas falar; é, sobretudo, escutar com atenção, sem antecipar julgamentos e, em decorrência disso, a escuta ativa implica reconhecer

o outro como sujeito de razão e dignidade, apto a contribuir com compreensões distintas da realidade. Nesse sentido, a escola tem papel central na formação de sujeitos capazes de dialogar, sendo certo que o ensino de filosofia, particularmente, oferece um ambiente privilegiado para o exercício do dissenso respeitoso, da argumentação crítica e da escuta. Em sala de aula, o diálogo filosófico favorece a mediação de conflitos, a construção de valores democráticos e o respeito à diversidade. Logo, formar jovens para o diálogo é prepará-los para a cidadania ativa, para o discernimento diante de discursos falaciosos, de ódio e para a promoção da tolerância.

2.3 A importância da ação dialógica socrático/platônica

Por que se voltar aos diálogos platônicos para falar sobre tolerância religiosa? Embora os diálogos de Platão tenham sido compostos no século V a.C., em um cenário cujo culto aos deuses locais estava vinculado à *polis* ateniense e, portanto, possa parecer anacrônico atrelá-los à discussão acerca da tolerância em termos religiosos, o fato é que o método de autoexame socrático-platônico promove a investigação sobre os fundamentos da estruturação do pensamento e dos valores construídos.

Nesse sentido, tal método pode ser eficaz para a compreensão do motivo pelo qual os discursos religiosos fazem parte do campo da crença (*pistis*) e não do da verdade e, desse modo, para estabelecermos a problemática que se coloca a todos os discursos religiosos quando se definem como caminhos *verdadeiros*.

Platão mostra de várias formas que, por meio da razão, é possível dialogar, buscar o esclarecimento e a verdade. Por isso, o diálogo pressupõe duas pessoas que, ao discutirem acerca de determinada tese, assumem suas convicções pessoais a fim de defendê-las e, então, superar suas dificuldades e compreender a dinâmica da vida. Nesse sentido, o filósofo

ensina-nos que a possibilidade do diálogo, enquanto método e essência filosófica, se liga intrinsecamente à predisposição dos participantes a mudarem seus posicionamentos de acordo com a força dos *logos*. Escutar e falar alternadamente sem a interrupção da voz alheia discordante e sem o apeço por certezas arraigadas é índice de uma alma que, pelo menos no que concerne ao exercício dialógico, se autocontrola (Agostini, 2023, p. 5).

A possibilidade do diálogo é corroborada por Agostini (2023), ao afirmar que o exercício do diálogo deve-se a uma ação colaborativa do conhecimento, pois não é possível

obter essa ação por meio do monólogo, intrínseco às convicções particulares e, portanto, individuais.

A tese defendida por Agostini (2023) mostra a importância do diálogo: nele se almeja o autocontrole dos participantes sem a interferência alheia, de modo a evidenciar que o *logos* tem sua gênese na certeza que se produz a partir da realidade vivenciada no processo dialógico – ora se fala; ora se escuta. Por meio da alternância do turno de fala – proposição do diálogo – deve haver a troca respeitosa entre falante e ouvinte, permitindo-se que o assunto discutido seja analisado e polido: o foco não é um conflito de opiniões, mas a compreensão de ideias.

No diálogo, a escuta é essencial, mas é notório que hoje, em virtude de uma vida acelerada, de avanços tecnológicos, de redes sociais, de aplicativos e inteligência artificial, a escuta está cada vez mais comprometida, como relata o escritor sul-coreano Byung-Chul Han:

Hoje, perdemos cada vez mais a capacidade de escuta. Sobretudo o foco crescente no ego, a narcisificação da sociedade, o dificulta. O escutar não é um ato passivo. Uma atividade especial o caracteriza. Eu tenho, primeiramente, de dar boas-vindas ao outro, ou seja, afirmar o outro em sua alteridade. Então, eu o presenteio com a escuta. O escutar é um presentear, um dar, um dom. Só ele traz o outro primeiramente à fala (2022, p. 123).

Ao analisar o diálogo, Han (2022) destaca que a escuta é fundamental, pois possibilita ao interlocutor que sua voz seja expressa. Em uma ação dialógica, fala-se e espera-se que o outro também escute e manifeste sua posição sobre a temática em pauta, pois “dirigir a palavra a alguém é esperar dele uma palavra em troca” (Gusdorf, 2022, p. 166). É estar aberto a entender a outra pessoa, porque ela acredita e defende aquilo em que ela crê. Isso não quer dizer, necessariamente, que se deve acreditar em suas ideias, mas respeitá-la e ouvi-la como um ser humano que possui dignidade, direitos e deveres. É a figura do sujeito falante que, ao defender sua tese, usa a razão por meio do *logos* e assume sua identidade num processo que envolve o poder da alteridade. Portanto, pode-se afirmar que o diálogo é esse método em que um fala ou questiona, e o outro escuta e responde, em que as questões que são postas pelo perguntador/interlocutor levam em consideração aquilo que é dito, mas com respeito àquilo que a outra pessoa pensa e defende. Esse método é imprescindível para avançarmos em termos de conhecimento, e por isso falha quando se trata de religião, pois, neste caso, não é o conhecimento que está em jogo, mas o dogma, ou seja, algo incontestável.

Os diálogos platônicos centralizam a figura de Sócrates, que inaugura uma dialética voltada a extrair dos participantes do diálogo o conhecimento. Nesse sentido, Sofiste (2007) apresenta como deve se delinear um diálogo:

- a) Estrutura na arte da pergunta e da resposta.
- b) Responde a um modo de pensar aberto, isto é, não dogmático.
- c) Busca a comunicação.
- d) O tema em pauta: os dialogantes estão conscientes do tema sobre o qual estão discorrendo.
- e) Ouvir atencioso: o diálogo supõe a comunicação entre os dialogantes e para tal é necessário ouvir a fala, argumentos, razões etc., do outro.
- f) Falar claramente, como o meio de facilitar ser ouvido.
- g) Delimitação do tema em pauta, ou seja, sob quais princípios será analisado. Para que a Investigação Dialógica se desenvolva plenamente faz-se necessário que todos os participantes colaborem para que o diálogo não se transforme em uma conversa animada, na mera exposição de pontos de vista individuais. Ouvir atencioso, pedir esclarecimentos, não fugir do tema da investigação, dar exemplos, falar claramente, falar a partir da fala do outro são, por exemplo, algumas das exigências para o bom êxito da Investigação Dialógica (p. 45-53).

Sofiste (2007) defende a ideia de que um verdadeiro diálogo deve seguir as diretrizes postuladas por Sócrates. A ação dialógica nos faz ouvir e respeitar o outro. O diálogo nos deixa mais tolerantes, sobretudo, com a questão religiosa. Em nossas relações sociais e profissionais, torna-se cada vez mais necessária a prática do diálogo, sobretudo, filosófico, no qual de fato haja um ambiente amistoso, ou seja, que exista a estrutura, a dinâmica de perguntas e respostas, de abertura para ouvir o outro, o contraditório. E acima de tudo, o desejo de conhecer e promover uma convivência tolerante. Isso é possível, em especial, por meio da filosofia, desde que ela se coloque como aberta à discussão e disposta a revisitar seus próprios paradigmas e, além disso, que seja compreendida e praticada como uma atividade social. Mario Porta argumenta:

O caráter ativo e social do pensamento filosófico encontra no diálogo uma expressão essencial. A atividade filosófica, em todas as suas modalidades, contém como momento decisivo a participação em um movimento dialógico. Característico dele é articular uma sequência que contém como possibilidades pergunta e resposta, mas também aclaração e precisão, argumentação e contra-argumentação. [...] O diálogo é condição essencial tanto para a produção de filosofia como para o aprendizado (2002, p.100).

O argumento de Porta (2002) evidencia o dialógico como condição *sine qua non* ao caráter filosófico. Para ele, a filosofia adquire propósito por meio do diálogo: falar e ouvir, perguntar e responder, argumentar e contra-argumentar são primordiais para o desenvolvimento das ideias e do conhecimento.

Nisso está o caráter ativo do ouvir, pois, no diálogo, a interação entre seus participantes promove um movimento que permite haver perguntas e respostas, fala e escuta, argumento e contra-argumento. O homem sente necessidade de interação, tanto é que em um simples monólogo de uma audiência teatral, ou mesmo em um pensamento consigo mesmo, ou, ainda, na escrita de uma carta, de um e-mail, o sujeito tem como referência seu interlocutor.

Nessa perspectiva, os diálogos socráticos apresentados por Platão refletem essa necessidade de o homem interagir com o outro e, assim, adquirir ou ampliar seu conhecimento. Isso vislumbra a necessidade de executar reflexões profundas sobre verdade, ética, amor, felicidade e política. Por isso, essa característica dos valores dialéticos trazidos pela exigência do argumentar e contra-argumentar, do falar e do ouvir, é primordial para o progresso do conhecimento. Além de ser uma ferramenta filosófica, o diálogo é um exercício democrático e, mais especificamente na sala de aula, ao valorizar a escuta e a argumentação, o professor cria um microcosmo de cidadania, no qual cada estudante é reconhecido como sujeito de voz e razão, o que favorece não apenas o aprendizado cognitivo, mas o desenvolvimento de competências socioemocionais fundamentais, como empatia, cooperação e respeito às diferenças.

2.4 Sócrates em *Fedro* e na *República*

O *Fedro* é o diálogo em que há ambiente amistoso para o encontro de Sócrates com o jovem Fedro. Sócrates dialoga com o rapaz sobre o amor, a arte retórica e o conhecimento. Mas a maneira segundo a qual o diálogo desenvolve-se só é possível porque ambos estão abertos a ouvir-se mutuamente e, quiçá, mudar o posicionamento de acordo com o caminho que a aquisição de conhecimento deslinda. Sócrates dedica-se à ação dialógica por reconhecer o valor dela: no desenvolvimento do saber, ele “aponta no *Fedro* que quando alguém discute filosofia com outra pessoa, tem a oportunidade de responder às perguntas e defender suas afirmações” (Ebrey e Kraut, 2022, p. 28)⁹. Veja-se um trecho que demonstra de que maneira os interlocutores sentem-se seguros, um com o outro, para iniciarem o diálogo:

⁹ Ao citar estes autores realizo tradução própria. “points out in the *Phaedrus* that when one discusses philosophy with another person, one has an opportunity to respond to questions and defend one’s assertions” (Ebrey e Kraut, 2022, p. 28).

Sócrates - Amigo Fedro, de onde vens e para onde vais?

Fedro - Venho, Sócrates, da casa de Lísias, filho de Céfalos. Resolvi espreitar fora dos muros; é que fiquei sentado muito tempo, desde manhãzinha. Seguindo as prescrições do nosso comum amigo Acumeno, agrada-me passear nas estradas; ele acha que descansa mais do que em galerias cobertas.

Sócrates - Pois ele tem razão, amigo. Então, pelo que vejo, Lísias esteve entre nós?

Fedro - Sim, com Epicratos, naquela casa ao pé do templo de Zeus Olímpico, a Moriúia.

Sócrates - E como vos entrevestes? Sem dúvida Lísias regalou a todos vós com seus discursos?

Fedro - É o que ficarás sabendo, se te sobrar tempo para ouvir-me, enquanto passeamos.

Sócrates - Que me dizes? Parece que não me julgas capaz de preterir os negócios, como diz Píndaro, para saber o que tu e Lísias conversaram?

Fedro - Então, andemos.

Sócrates - Podes falar (Pl., *Fdr.*, 227 a-c).

Assim, vê-se um Sócrates que deseja ardentemente dialogar, pois, para ele, o ambiente de amizade, de abertura para falar sem medo de represálias e a possibilidade de mudar de posição no desenrolar da ação dialógica é indispensável no processo do conhecimento e do autoexame. Sócrates e Fedro dialogam porque ambos estão em um cenário amistoso e, conseqüentemente, sentem-se seguros para falar o que, de fato, pensam. Certamente, é a honestidade intelectual condição de possibilidade para que o agente avance em termos epistemológicos. Contudo, para que isso se efetive, é preciso que ele possa dizer o que pensa sem a censura alheia.

No desenvolvimento dos diálogos, Sócrates “está comprometido com o valor de descobrir a verdade” (Ebrey e Kraut, 2022, p. 8)¹⁰. No diálogo com Fedro, o filósofo discute o que é a retórica e como deve proceder quem, de fato, dedica-se a estudá-la e a praticá-la. Para ele, a verdadeira retórica é um método fundamental no processo do conhecimento, em que é necessário o compromisso com a verdade e o respeito ao outro. Ora, sem a verdade não poderá haver a verdadeira arte da palavra (*logos*). Quem fala deve ter responsabilidade consigo e com o outro e, assim, deve ter conhecimento acerca do que pronuncia. Não basta apenas um belo discurso em sua estrutura e a autoridade de quem fala, é necessário haver uma conexão com a realidade. Veja-se um trecho do diálogo entre Sócrates e Fedro a esse respeito:

Sócrates - Para falar certo e com elegância, não será necessário haver no pensamento de quem fala o conhecimento do que constitui a verdade do assunto a ser desenvolvido?

Fedro - A esse respeito, meu caro Sócrates, ouvi dizer que quem quer ser orador não precisa saber o que é, de fato, justo, mas apenas o que sobre isso opina a maioria, que

¹⁰ “Is committed to the value of discovering the truth” (Ebrey e Kraut, 2022, p. 8).

é de quem, afinal, depende o julgamento, nem o que é, realmente, bom e belo, mas apenas o que parece ser. Nisso é que se funda a persuasão, não na verdade.

Sócrates - Não, Fedro; não pode ser de somenos valor a palavra dos sábios. Precisamos, então, ver se ela é justa, e se o que disseste precisa ser admitido ou rejeitado. [...]

Sócrates - [...] Sem a verdade, diria algum espartano, nunca houve nem poderá haver autêntica arte da palavra (Pl., *Fdr.*, 259 e - 260 a-e).

A retórica pode ser utilizada para elucidar uma questão, ou ocultar, fragmentar e manipular fatos. Sócrates argumenta que não basta o orador ter habilidade em falar, é necessário que ele demonstre conhecimento da temática em questão e seu compromisso com a verdade. Sem essa responsabilidade, a retórica torna-se uma arte de manipulação dos fatos. É importante pontuar que Sócrates incentiva a dialética em detrimento da retórica, pois a retórica muitas vezes valoriza só as belas palavras, enquanto a dialética é filosófica e com ela o diálogo e o discurso tornam-se vivos. Conforme Sócrates, o verdadeiro discurso deve ser bem construído, ter início, meio e fim, em uma relação entre as partes, ele deve ser semelhante a um ser vivo, “ter o seu organismo próprio, de modo a que não lhe faltem, nem a cabeça, nem os pés, e de modo a que tanto os órgãos internos como os externos se encontrem ajustados uns aos outros, em harmonia com o todo” (Pl., *Fdr.*, 264 c).

Essa comparação não é meramente retórica, mas profundamente filosófica e, deste modo, assim como um organismo vivo, o discurso precisa de unidade interna, coerência entre as partes e uma estrutura que permita sua existência como totalidade. Como cada parte do corpo tem sua função específica - o coração pulsa, os pulmões respiram, os olhos enxergam - mas nenhuma delas, isoladamente, é suficiente para que o corpo viva e, da mesma forma, um argumento ou uma ideia solta, desconectada do todo, não possui força nem clareza por si só.

Não se pode deixar de mencionar, ademais, que o discurso deve ser ético, bem construído e não apenas um jogo de palavras para encantar, manipular e desviar a pessoa do conhecimento da realidade. Ao utilizar essa comparação - o discurso como um organismo -, Sócrates destaca que o discurso verdadeiro não se constrói com frases belas ou adornadas, mas com ideias interligadas e justificadas racionalmente e, sendo assim, a beleza do *logos* não está apenas na forma, mas na sua capacidade de expressar a verdade de maneira íntegra, articulada e viva.

Por isso, o discurso deve ser ético, bem construído, e não apenas um jogo de palavras voltado ao encantamento superficial, à manipulação ou ao desvio da razão, sendo certo que a retórica que visa apenas persuadir sem compromisso com a verdade corrompe o sentido filosófico do falar, tornando-se instrumento de poder e não de esclarecimento. Assim, a

educação para o discurso deve formar sujeitos que saibam argumentar com responsabilidade, respeitando o outro e buscando, por meio do diálogo, a conexão com a verdade, e um discurso que não é ético, por mais sofisticado que seja, perde sua legitimidade, pois fere a finalidade da linguagem filosófica: comunicar o real e promover o entendimento mútuo.

Corroborando com esse pensamento, Ebrey e Kraut (2022) afirmam que o diálogo é intrínseco à defesa da verdade, de modo que os interlocutores procuram defender suas posições a fim de que o *logos* se firme e expresse tão somente a verdade. Assim, *logos* e verdade fundem-se de tal forma que esta brota daquele e aquele desta. Ou seja, não há *logos* sem verdade e vice-versa, pois o conhecimento deve manifestar-se pela razão e, manifestando-se, deve ser verdadeiro e não o contrário.

2.4.1 A República

A *República* é central na filosofia platônica porque discute várias questões sobre justiça, ética, política, educação, entre outras, como relatam os autores David Ebrey e Richard Kraut

A República é, em certo sentido, a peça central do corpus de Platão, já que nenhuma outra obra reúne tantos fios diferentes de seus interesses; mas, ao mesmo tempo, fornece um tratamento incompleto de muitas de suas ideias, porque quase todos os tópicos centrais do diálogo são discutidos mais detalhadamente, em resposta a diferentes questões e preocupações, em outros diálogos. O amor é discutido mais detalhadamente no *Simpósio* e no *Fedro*, a linguagem no *Crátilo* e *Sofista*, a existência da alma após a morte no *Fédon*. Tópicos metafísicos abstratos são explorados mais detalhadamente no *Parmênides* e no *Sofista*; quebra-cabeças epistemológicos no *Teeteto*; prazer, conhecimento e a boa vida no *Filebo*; instituições viáveis para uma boa comunidade política são mais completamente descritas nas *Leis*; e seus pensamentos sobre psicologia moral são desenvolvidos de diferentes maneiras no *Fedro*, *Filebo* e *Leis* (2022, p. 22-23.¹¹ Grifos do autor).

De acordo com Ebrey e Kraut (2022), Platão buscou desenvolver sua tese sobre o diálogo em várias obras. O diálogo é peça central nas discussões platônicas. Então, qual é o contexto do diálogo na *República*? De fato, ele acontece na casa de Céfalos, com muitos

¹¹ “The Republic is in one sense the centerpiece of Plato’s corpus, since no other single work brings together so many different strands of his interests; but at the same time it provides an incomplete treatment of many of his ideas, because nearly all of the dialogue’s central topics are discussed at greater length, in response to different questions and concerns, in other dialogues. Love is discussed at greater length in the Symposium and Phaedrus, language in the Cratylus and Sophist, the existence of the soul after death in the Phaedo. Abstract metaphysical topics are explored at greater length in the Parmenides and Sophist; epistemological puzzles in the Theaetetus; pleasure, knowledge, and the good life in the Philebus; feasible institutions for a good political community are most fully described in the Laws; and his thoughts about moral psychology are developed in diferente ways in the Phaedrus, Philebus, and Laws” (Ebrey e Kraut, 2022, p. 22-23).

jovens que mantêm relação de amizade e admiram Sócrates. As discussões abordam vários temas, com a presença de discordâncias que não comprometem o clima de profunda *philia*.

O diálogo inicia-se com Sócrates narrando o dia anterior: desceu ao Pireu com Gláucon para ofertar suas preces, como de costume, à deusa. De volta à cidade, o escravo de Polemarco vai ao seu encontro para pedir que o espere. Ao alcançá-los, Polemarco afirma:

- Sócrates, parece-me que vais indo embora para a cidade.
- Não erraste, disse eu. [...]
- [...] E Adimanto disse:
- Será que não sabeis que hoje, ao entardecer, haverá uma corrida com tochas, dedicada a deusa? Elas serão levadas por cavaleiros ...
- Por cavaleiros: disse eu. Isso é novidade! Disputarão a cavalo, com as tochas nas mãos, passando-as uns aos outros? É isso que dizes?
- Isso mesmo, disse Polemarco. Além disso, farão uma vigília a que valerá a pena assistir. Sairemos após o jantar e assistiremos a vigília. Lá encontraremos muitos jovens e ficaremos conversando. Vamos! Ficai conosco e desisti de ir embora!
- E Gláucon disse:
- Ao que vejo, temos de ficar
- Mas, se assim pensas, disse eu, assim temos de fazer (Pl., R, 327 a-c; 328 a-b).

O momento relatado no diálogo refere-se a um evento cultural devotado a uma deusa. Os amigos de Sócrates não querem que ele vá embora para a cidade (*astys*), pois haverá mais festejos alusivos à divindade, tais como procissão com tochas, vigília. Então, eles o convencem a ficar, e todos se dirigem à casa de Polemarco. Lá encontram “Lísias e Eutidemo, irmão de Polemarco, e também Trasímaco de Calcedônia, Carmântides do demo de Peânia e Clitofonte, filho de Aristônimo” (Pl., R, 328, c). Além desses personagens, lá também se encontra Céfalo, pai de Polemarco. O lugar é sugestivo ao diálogo, e Sócrates faz uso de seu método de questionamento, ou seja, leva o interlocutor a refletir sobre suas próprias certezas.

O ambiente apresentado no diálogo, longe da agitação da cidade, é favorável ao diálogo filosófico. A residência de Polemarco representa a sociedade ateniense, repleta de cidadãos com os mais diversos tipos de epistemologias. Esse espaço torna-se propício à prática dialógica: confronto de ideias, percepção de contradições dos interlocutores, busca pela compreensão significativa da verdade.

Nessa perspectiva, utilizando-se do cenário amistoso de visita à Polemarco, Sócrates indaga a Céfalo sobre a realidade de quem chega à velhice, se é leve ou penosa, se é um estado de paz ou perturbações. Com efeito, o Meteco relata sua história de vida e diz: “não é a velhice, Sócrates, mas o caráter dos homens. Se são moderados e de bom temperamento, também a velhice é para eles moderadamente penosa. Se não são, acontece que não só a

velhice, Sócrates, mas também a juventude é penosa” (Pl., R.,329d). Céfalos expõe o agir/caráter humano, como dádiva de uma boa conduta moral. Para ele, a felicidade ou infelicidade está relacionada com a vida virtuosa ou repleta de vícios.

Sócrates questiona Céfalos sobre a temática que percorrerá toda a *República*, isto é, a justiça, mas o velho não pode continuar a discussão, pois tem um compromisso religioso: “agora deixo convosco a nossa discussão, pois preciso ir cuidar do sacrifício” (Pl., R,331d). O compromisso religioso caracteriza uma das preocupações cotidianas das pessoas.

O diálogo continua com Polemarco, seu filho, cuja posição sobre a justiça concerne em ajudar aos amigos e prejudicar os inimigos: “minha opinião, porém, continua sendo que justiça é ajudar os amigos e prejudicar os inimigos” (Pl., R.,334c). Essa concepção de justiça é contrária à base socrática, que vê a justiça como princípio universal. Pode-se inferir que a mudança de Céfalos para Polemarco marca a continuidade do diálogo, fornecendo sustentação para a dialética pretendida por Sócrates.

O diálogo entre Sócrates e Polemarco só é possível porque o ambiente onde eles estão é amistoso e propício à ação dialógica. Além disso, ambos desejam dialogar e estão abertos a mudar de posição quando necessário. É nessa perspectiva que o diálogo estabelece uma conexão não dogmática, pois é um método de exame de ideias rumo à aquisição do conhecimento: “ele é a ilustração viva de um método que investiga e que, com frequência, se investiga” (Goldschmidt, 2002, p. 3).

Sócrates usa o método dialógico, cita exemplos para fazer com que Polemarco faça uma análise e desenvolva melhor sua concepção referente à justiça. No diálogo apresentado por Platão, Sócrates mostra a Polemarco que o homem justo deve praticar a justiça e não o inverso. Para isso, ele utiliza comparações com a virtude dos cães e dos cavalos, de modo que seu interlocutor entenda que, estes, quando maltratados, tornam-se piores.

IX. - Ah! Será, disse eu, que é próprio de um homem justo prejudicar um homem, seja ele quem for?

- É, sim! disse. Aos maus e aos inimigos deve-se prejudicar.

[...]

- E quanto aos homens, companheiro? Não diremos que, quando são maltratados, tornam-se piores em relação à virtude dos homens?

- Sem dúvida!

- Mas a justiça não é uma virtude dos homens?

- Necessariamente também ...

- Ah! E os homens, meu amigo, quando são maltratados, necessariamente tornam-se mais injustos.

- É o que se vê.

- Então, será que com a música os músicos podem tornar os outros ineptos para a música?
- Impossível.
- [...]
- Mas, com a justiça, os homens justos são capazes de tornar os outros injustos? Ou, falando de maneira mais geral com a virtude os bons são capazes de tornar maus os outros?
- Mas é impossível!
- [...]
- Nem é próprio do homem bom causar prejuízo, mas, do seu contrário.
- Parece.
- E o homem justo e bom?
- Sem dúvida. (Pl., R., 335 b-c).

Platão, nesse diálogo, mostra a composição do pensamento socrático: o homem virtuoso é aquele que pratica a justiça e, em sendo justo, suas ações não devem causar prejuízo a outrem e, em sua filosofia, revela-se impossível aos homens justos tornarem outros injustos, pois ninguém pode dar aquilo que não possui, tampouco ensinar ou gerar no outro aquilo que não é em si mesmo. Como poderia, então, um homem justo - que carrega em si a virtude da justiça - tornar outro injusto? Trata-se de uma contradição lógica e ética.

Sócrates desenvolve essa ideia por meio de analogias com as *technai*, especialmente com a música. Sócrates indaga à Polemarco: “- então, será que com a música os músicos podem tornar os outros ineptos à música?” (Pl., R., 335c). Ele responde: “- Impossível” (Pl., R., 335c). Assim como o mau músico não pode ensinar bem, tampouco o bom músico pode prejudicar outro em sua musicalidade e, muito embora a justiça não seja uma *techné*, mas uma virtude, a analogia funciona para mostrar que a excelência moral, assim como a excelência técnica, não pode gerar o seu oposto.

O justo, ao agir, promove a justiça - nunca a injustiça - e, diante disso, a tese de que a justiça consiste em “fazer o bem aos amigos e o mal aos inimigos” não se sustenta, pois pressupõe que o justo possa causar prejuízo, o que contraria a própria definição de justiça como virtude superior do caráter humano. Esse argumento conduz Polemarco à revisão de sua tese e evidencia, mais uma vez, o valor epistêmico e ético da ação dialógica socrática.

No diálogo, Sócrates e Polemarco têm a consciência e concordam que a justiça é uma virtude humana, ou seja, algo que torna melhor aquilo em que está presente e, nesse sentido, o homem virtuoso não pode causar mal a ninguém, pois é impossível a justiça engendrar seu contrário, a saber a injustiça. No diálogo com Polemarco, vê que Sócrates lhe mostra que tal afirmação sobre a justiça, isto é, fazer bem aos amigos e mal aos inimigos, não corresponde ao que fora acordado, ou seja, de que a justiça é uma virtude humana.

- Ah! Não é tarefa do homem justo, Polemarco, prejudicar nem o amigo nem a nenhum outro, mas a do seu contrário, o homem injusto.
- Parece-me, Sócrates, verdade o que dizes.
- Ah! Se alguém afirma que é justo devolver a cada um o que lhe é devido, e se para ele isso significa que aos inimigos, da parte do homem justo, o devido é causar-lhes prejuízo, mas aos amigos prestar ajuda, não seria sábio quem o diz, pois sua afirmação não é verdadeira. Em momento algum, ficou evidente que seja justo prejudicar alguém (Pl., R., 335d).

Sócrates demonstra por meio da ação dialógica e através de exemplos, que o argumento de Polemarco a respeito da justiça é fraco, pois ele se refere a uma questão limitada sobre a justiça ligada à amizade com características subjetivas, marcado pelas emoções e não pela racionalidade, pois a pessoa pode se enganar e amar aqueles que ela considera como honestos e odiar aqueles que considera como maus. Entretanto, nem sempre a aparência reflete o que de fato a coisa é e aqueles que parecem amigos podem ser, na verdade, inimigos. Desse modo, Sócrates questiona: “- será que, em relação a isso, os homens não cometem um engano tendo a muitos como honestos, embora não sejam, e a muitos avaliando de maneira contrária?” (Pl., R, 334e). Polemarco responde: “- Cometem um engano” (Pl., R, 334e). Sócrates põe no diálogo um questionamento a fim de que Polemarco entendesse que as pessoas podem cometer engano, tomando seus julgamentos pelas aparências, de modo a fazê-lo entender que a justiça é algo sublime que vai além do que seu interlocutor imagina, pois prejudicar alguém não corresponde com a justiça.

Assim, Polemarco contradiz-se sobre sua posição inicial acerca da justiça: fazer bem aos amigos e mal aos inimigos. Sócrates mostra que a virtude é um bem e que o justo, enquanto portador da virtude justiça, não pode prejudicar ninguém. A esse respeito, ambos estão de acordo. Diante disso, Polemarco reconhece e aceita sua limitação, demonstrando compreensão sobre a motivação do método dialógico, a saber, progredir no conhecimento. Com efeito, na dinâmica e estrutura da “atividade dialógica não há vencidos, pois a mudança de posicionamento dos interlocutores de acordo com a força do argumento representa a vitória do conhecimento e, portanto, ambos avançam juntos” (Agostini, 2023, p. 12). Assim, em acordo com a remodelação da tese de Polemarco que defendia ser a justiça fazer bem aos amigos e mal aos inimigos, Sócrates e o filho de Céfalo pretendem continuar o exame, mas antes que possam continuar, entra em cena o personagem Trasímaco.

2.5 Trasímaco e a impossibilidade do diálogo

Trasímaco é um personagem cuja profissão consiste em ensinar a arte retórica para jovens. Em outros termos, Trasímaco é um sofista que busca a oportunidade de exhibir seus dotes aos jovens presentes na casa de Céfalos. Desse modo, ao presenciar a ação dialógica entre Polemarco e Sócrates que detém a atenção da plateia de rapazes, é impelido a tentar várias vezes interferir na discussão, pois, seria uma grande ocasião para fazer propaganda de si mesmo. Contudo, o sofista não consegue interromper os interlocutores, estando todo o foco voltado para o não lucrativo diálogo entre Sócrates e Polemarco. Até o momento em que sua ferocidade é exacerbada:

- E Trasímaco, muitas vezes, mesmo durante nosso diálogo, tentava intervir na discussão, sendo impedido pelos que estavam sentados a seu lado e queriam continuar a ouvir a discussão. Quando fizemos uma pausa, depois que falei, não mais ficou quieto e, retesando-se como um animal feroz, veio para cima de nós como se fosse agarrar-nos.
- Polemarco e eu levamos um susto e, dirigindo-se aos presentes, ele disse:
- Que conversa fiada é essa, Sócrates? Já há tanto tempo estais nisso ... Por que esse bom-mocismo, sempre fazendo medidas um ao outro? Vamos! Se é que, de verdade, queres saber o que é o justo, não fiques só interrogando nem te esforces em refutar quando alguém te dá uma resposta, já que sabes muito bem que é mais fácil perguntar do que responder. Vamos! Responde tu também e dize-nos como defines o justo. E não me vás dizer que é o dever, nem que é o proveitoso, nem o conveniente nem o lucrativo, nem que é o vantajoso, mas enuncia com clareza e rigor que quer que digas, porque não aceitarei blá blá blás como esses. (Pl., R., 336 c-d).

Observa-se que o diálogo entre Sócrates e Trasímaco revela uma profunda tensão entre a disposição para o debate filosófico e o impulso retórico movido pelo orgulho e pela competição. Trasímaco entra abruptamente na conversa, sem a serenidade dialógica demonstrada por Polemarco, e adota uma postura agressiva, acusando Sócrates de não oferecer respostas, mas apenas fazer perguntas.

Trasímaco não consegue conter suas emoções, tem um comportamento semelhante a um animal irracional. Por isso, fala e age de forma arrogante e emocional e, assim, desvia-se da ação dialógica e “não consegue mais dominar-se a si mesmo, manifestando o caráter feroz que o descredencia do posto de bom interlocutor dialógico, uma vez que sua razão encontra-se soterrada no mar de emoções com as quais se moldou” (Agostini, 2023, p. 8). Assim, Trasímaco não tem o mesmo compromisso que Sócrates tem com a verdade. Seu pensamento é corroído por paixões e perde-se, não se sustenta. Sua entrada agressiva no diálogo evidencia

uma postura que se ocupa em impor a visão retórica, ao invés de ocupar-se com a busca colaborativa do conhecimento, exigida pela dialética, postura defendida por Sócrates.

Verifica-se que Trasímaco exige respostas, mas, ao mesmo tempo, restringe o campo da resposta de Sócrates. Ao fazê-lo, nega ao interlocutor o mesmo direito argumentativo que reivindica para si – o que revela incoerência e má-fé dialógica e, além disso, a crítica de que é mais fácil perguntar do que responder soa vazia, pois, ao ser desafiado a defender suas próprias teses, Trasímaco demonstra insegurança e instabilidade, sendo contido pelos demais presentes como uma “fera” descontrolada, como aponta Agostini (2023).

Ele se mostra incapaz de absorver o ideal socrático de justiça. A fala trazida por Trasímaco ganha um viés de poder, mas acaba não se sustentando porque não transmite a verdade. A tese defendida por ele se torna mais um desejo de autoafirmação do que de autoexame; é retórica e não dialética, nesta reside a construção colaborativa do conhecimento.

Trasímaco defende a tese de que a justiça é o vantajoso, a conveniência para o mais forte, para aquele que detém o poder, o governante (Pl., R., 338e-339a-344c). Ao fazer seu longo discurso, repleto de emoções, impulsionado pelo desejo de falar sem se responsabilizar e explicar a sua fala, tenta fugir da discussão sobre a justiça, mas é impedido por aqueles que estão presentes, que o agarram como se fosse uma fera descontrolada para que ele explique o que disse. Sócrates indaga: “o divino Trasímaco, depois de nos fazer um discurso como esse, pretendes ir embora antes que tenhas demonstrado a contento ou aprendido se é assim ou não?” (Pl., R., 344 e).

A concepção de justiça expressada por Trasímaco está ligada às relações de poder, cujos partícipes de convenções a usam em defesa de seus próprios interesses. Para ele, a justiça é consequência do poder: “o justo é sempre a mesma coisa, a vontade do mais forte” (Pl., R., 339a). Essa busca de poder evidenciada na atitude de Trasímaco contrapõe-se ao ideal socrático de justiça universal. Sócrates indaga, mas quem detém o poder também está propenso ao erro: “– São infalíveis, em cada uma das cidades, os governantes ou podem cometer erros?” (Pl., R., 339c). Trasímaco responde: “– Certamente, disse ele, podem cometer erros” (Pl., R., 339c). Dessa forma, o diálogo evidencia que um dos pontos de sua contradição está em admitir que os governantes cometem erros, editando e promulgando leis que também não são de seus interesses. Sócrates reafirma sua posição pontuando que o bom governante exerce sua função para o bem dos governados e não em benefício próprio. Ao longo do diálogo, Sócrates conduz Trasímaco a reconhecer que sua definição de justiça contém falácias, pois, por exemplo, ao ser levado a admitir que os governantes podem enganar-se e

ordenar algo que contraria o interesse deles mesmos, a tese de que justiça é sempre aquilo que beneficia o mais forte entra em colapso.

Sendo assim, Trasímaco expõe a retórica sofística de seu tempo e sua postura configura-se em antítese do que ele mesmo expressa. Outra contradição do sofista está na submissão às regras do diálogo, pelas quais ele não consegue sustentar sua retórica. A dialética socrática põe em que todas as convicções de Trasímaco: ele afirma que é mais fácil perguntar do que responder (Pl., *R.*, 33c), mas afasta-se do diálogo; quer ter direito de fala, mas não sabe escutar – tampouco admitir ser refutado. O saber escutar é uma habilidade fundamental para o sucesso do diálogo, conforme pontua Han (2022), na seção sobre a importância do diálogo socrático/platônico vista anteriormente. Sua atitude também demonstra a não tolerância no diálogo, postura esta que diverge do que sustenta Sofiste (2007): todos os envolvidos no diálogo devem colaborar para a sua elucidação.

Trasímaco tem sua tese, ao longo do diálogo, questionada e refutada, pois apresenta contradições. Aqui se pode fazer uma análise com o personagem Polemarco que ao entrar em contradição, aceita e prossegue na ação dialógica, enquanto Trasímaco mostra-se contrário a Polemarco, pois não está aberto ao diálogo. O diálogo só é possível, como argumentado no decorrer desta pesquisa, quando duas pessoas desejam dialogar e estão prontas para ouvir e falar alternadamente e mudar de posição de acordo com a força do *logos*. É essa a concepção desenvolvida por Agostini (2023), ao traçar que Trasímaco distancia-se de Sócrates e Polemarco, pois compreende a lógica da persuasão, própria da retórica, devendo-se haver perdedores, enquanto seus interlocutores trazem o campo da dialógica, em que não se há vencidos, porque quando se dialoga há construção do conhecimento e, por isso, todos vencem.

As afirmações de Sócrates demonstram que a justiça não é a conveniência dos mais fortes, de modo que quem detém o poder tire proveito do povo governado. Analisando o que é posto por Sócrates, Trasímaco reconhece, embora não comungue da posição do filósofo, que foi inconveniente ao momento e silencia. Seu silêncio assume sentido à medida que se interpreta: quem se cala não necessariamente está de acordo com a opinião do outro, mas admite que não há espaço para se manifestar, por isso ele tenta fugir do debate já que não aceita a forma como a dialética é conduzida. Desse modo, observa-se que a dialética socrática contrapõe-se à retórica, mostrando sua solidez e sua força na razão.

É por isso que a pedagogia do diálogo, nos moldes socrático-platônicos, não se realiza com interlocutores que desejam apenas vencer, humilhar ou calar o outro, de forma que a imagem de Trasímaco “retesado como uma fera” evidencia não apenas o contraste com o

autocontrole de Sócrates, mas também simboliza a falência da razão quando submetida à paixão desmedida, ao orgulho ferido e à ânsia por superioridade. Ao passo que o verdadeiro interlocutor filosófico dispõe-se a rever seus pressupostos, Trasímaco exemplifica o discurso que fracassa não por ser refutado externamente, mas por implodir diante de suas próprias incoerências - de modo a questionar Sócrates, seu interlocutor, e tentar sair do recinto sem ouvir a resposta, como se marcasse uma desistência do diálogo. No entanto, o que configura essa postura não seria a deixa de eximir-se de um diálogo, mas demonstrar que o discurso de Sócrates é vazio de si, o que não se concretiza, já que os jovens retêm-no e forçam-no a ficar na casa de Céfalo para ouvir o que Sócrates tem a dizer.

Portanto, o diálogo com Trasímaco reforça a importância do método socrático: não basta afirmar algo com veemência ou eloquência - é necessário submeter a tese ao exame da razão. O fracasso de Trasímaco, ao contrário de Polemarco que revisa sua opinião, reside justamente na falta de disposição para ouvir, pensar e refutar a si mesmo, essência da prática dialógica. Assim, a crítica de Trasímaco volta-se contra ele próprio, pois encarna o tipo de discurso que pretende derrotar: retórico, impositivo, contraditório e alheio à busca da verdade.

Na próxima seção, será analisado o fenômeno religioso como aspecto cultural, político, econômico, social. Apresentar-se-á a perspectiva de que a crença em uma divindade está vinculada a uma estrutura social-cultural. Além disso, argumentar-se-á sobre a necessidade da tolerância, sobretudo, religiosa em um país democrático e laico como é o Brasil.

3 A RELIGIÃO E A NECESSIDADE DO RESPEITO E DA TOLERÂNCIA: IMPACTOS POLÍTICOS, CULTURAIS E ECONÔMICOS

3.1 Filosofia & Religião: crises e sentido da existência humana - mito, símbolo e rito

O homem, a partir do desenvolvimento da razão, busca saber e entender sobre si mesmo e o mundo: Quem é? De onde veio e para onde vai? O que é a verdade? O que é o amor? O que é a justiça? O que é a vida? O que existe após a morte? Existe um ser Superior? Por que e para que existe o Universo e o Planeta Terra? Entre os vários tipos de especulações que buscam respostas a tais perguntas, destacam-se a filosofia e a religião. A filosofia como uma atividade reflexiva, um modo de vida, leva-nos a questionar sobre nossa maneira de ser, de pensar e de agir; ela nos ajuda a ter consciência de quem somos e de nosso papel nesta pequena, fascinante, misteriosa e única existência. Essa busca pelo autoconhecimento e a consciência da finitude e do sentido da vida está presente na filosofia e nas múltiplas visões religiosas tanto no Oriente, quanto no Ocidente.

Homens de todas as culturas e tempos buscam de várias formas, cada um à sua maneira, entender e explicar a realidade a sua volta, as questões mais fundamentais da existência humana, os mistérios, as forças e os paradoxos da vida e da morte. As respostas para tais questões dependem do sentido que se dá à vida e à morte, pois a realidade da morte é um fato inevitável a todo ser vivo. Além disso, apenas o ser racional tem consciência dela, ou seja, sabe de sua finitude. Por isso, busca explicações, quer entender qual é o sentido para a vida e para a morte. Nesse percurso, merece destaque a religião como fenômeno antropológico, político, cultural, econômico e mitológico, que caracteriza a existência humana, o modo de ser, de pensar e de agir de seus adeptos, gerando, assim, impactos individuais, sociais, políticos, econômicos e jurídicos. A religião como se verá no decorrer desta seção não está desvinculada das questões antropológicas e mitológicas.

A religião ou o fenômeno religioso, ao longo dos tempos, traz algo que inquieta a razão humana. Ela nasce e desenvolve-se graças à consciência do homem de sua fragilidade, finitude e crença no pós-morte, ou a continuidade da vida, ou da existência em outro mundo. O pós-morte é uma das questões mais antigas e enigmáticas do ser racional: “o mistério da morte levou os seres humanos a buscarem compreender qual o sentido da vida, da própria morte e o que existe depois dela” (Silveira, 2024, p. 143). O medo e a crença no pós-morte conduzem esse ser a criar mitos, símbolos, e rituais para se relacionar com o ser Superior,

ou/e às divindades e ter uma conduta ética nesta fascinante e misteriosa existência. O homem como ser mitológico, simbólico, ritual e racional, busca respostas de várias formas sobre os enigmas e o sentido para a origem do cosmos, da vida e da morte.

De modo singular, complexo e diverso, esses fenômenos alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade(s), em torno dos quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais. Os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade (Brasil, 2018, p. 436).

A compreensão e o sentido das respostas a tais perguntas sobre o universo, sobre a vida e sobre a morte são distintos, isso em razão da multiplicidade cultural e religiosa. O reconhecimento e o respeito a essa multiplicidade é um elemento indispensável para a crença, para a liberdade religiosa e para a promoção dos direitos humanos.

O homem é um ser imanente (biológico, concreto, temporal), mas também transcendental (subjetividade e simbologia). O homem como ser biológico, linguístico, simbólico, cultural, político e racional faz uso de mitos, de símbolos e de ritos para comunicar algo, para celebrar algum acontecimento e para dar sentido a sua vida individual e coletiva. É importante frisar que o mito, o símbolo e o rito, sobretudo religiosos, suprimem as palavras, rompem o espaço físico e ultrapassam a cronologia. O que seria da sociedade civil e religiosa sem a mitologia, sem a simbologia e sem a ritualística?

A religião é caracterizada por um conjunto de mitos, de símbolos e de rituais. Cada termo e significado devem ser analisados e compreendidos dentro de seu contexto, pois correspondem a uma cosmovisão de cada povo, por esta razão devem ser respeitados. Todas as religiões/crenças têm sua mitologia, simbologia e ritualística, que são compreendidas e têm significado dentro de seu contexto. É fundamental pontuar que a pessoa está livre para aceitar ou não a cosmovisão da outra religião. O que não pode nem deve é desqualificar, demonizar o símbolo e o ritual alheio, desde que eles não afetem a dignidade do ser humano e os direitos humanos.

O homem, como ser racional, busca através do mito, do símbolo e do rito sentido para o universo, para a vida e para a morte.

O mito descreve as diversas e às vezes dramáticas irrupções do sagrado do mundo. [...] Cada mito mostra como uma realidade veio à existência, seja ela a realidade total, o Cosmos, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, uma

instituição humana. Narrando *como* vieram à existência as coisas, o homem explica-as e responde indiretamente a uma outra questão: *por que* elas vieram à existência? O “por que” insere-se sempre no “como”. E isto pela simples razão de que, ao se contar *como* uma coisa nasceu, revela-se a irrupção do sagrado no mundo, causa última de toda existência real (Eliade, 2018, p. 86. Grifos do autor).

O mito é uma das manifestações da criatividade humana na tentativa de explicar e dar sentido aos enigmas e à realidade à sua volta. Pois “somos os únicos animais capazes de inventar lendas, contos de fadas e mitos e acreditar neles” (Harari, 2022, p.50). As religiões não estão desvinculadas dessas características mitológicas em suas explicações sobre universo e sobre a vida. Essas características tornam-se uma verdade para o adepto da religião, mesmo que não se possa comprovar como algo racional. Embora o mito tenha “fora de si algo que pode desmenti-lo, negá-lo e, nesse sentido, não alcança o terreno da verdade” (Molinaro, 2002, p. 12), o mito religioso funciona como símbolo da crença no sagrado.

A vida do ser racional, do nascer ao morrer, é caracterizada pelo rito, seja religioso ou não. Ao nascer, a criança passa a integrar a comunidade dos vivos, e durante toda sua existência há ritos de celebrações de iniciação e de passagem das fases de sua vida individual, social e profissional. “Ritos de iniciação e ritos de passagem indicam os processos pelos quais o ser humano vai se construindo até a chegada do momento definitivo do qual não podem escapar” (Rossi; Perondi, 2020, p. 27). No âmbito religioso, “os ritos são regras de comportamentos que prescrevem como o homem deve se comportar com as coisas sagradas” (Durkheim, 2021, p. 72). Toda religião tem sua ritualística com a qual celebra e crê na presença do sagrado, e a ritualística é visual e coletiva: “todo ritual exige um grupo de pessoas, um lugar sagrado, objetos, instrumentos e vestes” (Rossi; Perondi, 2020, p. 21). Conhecer, analisar e respeitar os ritos alheios, além de ampliar o conhecimento, é fundamental para promover a tolerância.

3.2 Religião e seus aspectos antropológicos, históricos, políticos e econômicos

A religião abarca vários aspectos mitológicos, culturais, históricos, políticos e geográficos. Diante disso, não é fácil definir o que é religião. Battista Mondin argumenta que a religião é o “conjunto de conhecimento, de ações e de estruturas com que o homem exprime reconhecimento, dependência, veneração com relação ao Sagrado” (2008, p. 248). O conjunto de conhecimento de que trata Mondin (2008) refere-se à imposição de dogmas e crenças que

buscam explicar o sobrenatural, configurando-lhe o *status* de natureza divina. O aspecto cognitivo da religião fornece aos indivíduos a percepção da realidade e sua visão de mundo. O conjunto de ações contempla o ritual seguido por determinada crença, por meio da manifestação de fé, com a finalidade de conectar o homem ao sagrado. O conjunto de estruturas envolve todo aparato que sirva de suporte para propagar o conhecimento religioso: igrejas, mosteiros, capelas, santuários, mesquitas, sinagogas, terreiros, templos etc. Explicado esses três aspectos da definição de religião trazida pelo filósofo, compete esclarecer os três elementos constitutivos da experiência religiosa. Reconhecimento pressupõe admitir a existência transcendental. Dependência parte da necessidade que o homem tem de uma divindade que o proteja. Veneração é a manifestação da reverência pelo sagrado através de ritos e orações, que conduzem os crentes a expressarem sua fé.

O fenômeno religioso adquire várias características e interpretações ao longo da história. Pode-se argumentar que esse fenômeno envolve, em linhas gerais, três correntes espirituais.

A primeira corrente se volta ao Extremo Oriente, à figura-chave do místico das religiões originárias da Índia e à figura do sábio das religiões da China. A segunda corrente aponta para a pessoa do profeta, ou seja, às religiões oriundas do Oriente Médio. A terceira corrente carrega a chave do mundo cosmológico e dos espíritos às religiões africanas e ameríndias (Andrade, 2022, p. 51).

Colaborando com esse pensamento, pode-se afirmar que a religião não está desvinculada de uma estrutura antropológica, política, econômica e geográfica. Ela é um dos elementos fundamentais na história da humanidade. Conforme o historiador israelense Yuval Noah Harari, “a religião foi o terceiro maior unificador da humanidade, junto com o dinheiro e os impérios” (2020, p. 218)¹².

A religião como uma manifestação tipicamente humana é caracterizada por um conjunto de ações como cultos, orações, sacrifícios, ritos, meditações, celebrações que, embora realizem-se em determinado tempo e espaço, para os crentes, ultrapassam o tempo cronológico e o espaço físico. Diante disso, pode-se afirmar que há uma relação entre o transcendente e o imanente, o sagrado e o profano ou o divino e o humano, o criador e a criatura.

O homem como ser simbólico, histórico e religioso relaciona-se com Deus/Sagrado/Divino de várias maneiras. Uma vez que a sociedade não é homogênea nem

¹² Usa-se este autor, porque ele faz uma análise crítica da religião e seus impactos na humanidade.

estática, mas plural e dinâmica, o fenômeno religioso não é o mesmo para cada grupo ou cultura, pois cada sociedade ou cultura vê, compreende e vive de maneiras distintas o fenômeno religioso. Por essa razão, existem várias concepções religiosas em toda a humanidade. É necessário pontuar que cada religião, ou igreja, ou crença, atribui a si a verdade, o caminho certo, a interpretação correta do livro sagrado, das ações e manifestações divinas, a cura, a bênção, ou ainda, a revelação plena do Ser Superior.

A religião é uma manifestação exclusivamente do ser pensante. É graças à racionalidade que ele toma consciência de si, do Sagrado/Deus/Divino/Soberano. Ao estudar o fenômeno religioso, percebe-se que as religiões têm características comuns, mas também diferentes entre si. A religião, como citado acima, envolve uma série de fatores culturais, políticos e institucionais, sendo marcada por um conjunto de símbolos como plantas, vestimentas, estrela, cruz, peixe, entre outros, e rituais como celebrações ou cultos que envolvem palavras, gestos e ações. Para Durkheim, “todas as crenças religiosas [...] apresentam um mesmo caráter comum: supõem uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens representam, [...] pelas palavras profano e sagrado” (2021, p. 68). O sagrado marca e conduz a vida do crente: “é o real por excelência, ao mesmo tempo poder, eficiência, fonte de vida e fecundidade” (Eliade, 2018, p. 31).

A manifestação do fenômeno religioso, ocorre de múltiplas formas nas sociedades religiosas: pode ser uma pessoa, um lugar, uma palavra, uma árvore, um rio, um livro, uma vestimenta, um ritual, o fogo, o vento, uma pedra ou outro ser/objeto. As religiões estão imbuídas dessas manifestações sagradas como relata Mircea Eliade:

Poder-se-ia dizer que a história das religiões [...] é constituída por um número considerável de hierofanias, pelas manifestações das realidades sagradas. A partir da mais elementar hierofania - por exemplo, a manifestação do sagrado num objeto qualquer, uma pedra ou uma árvore e até a hierofania suprema, que é, para um cristão, a encarnação de Deus em Jesus Cristo, não existe solução de continuidade (2018, p. 17).

As manifestações religiosas marcam o tempo, a vida e o ritmo da comunidade dos crentes. O homem religioso ou a comunidade dos crentes vive essas manifestações através dos rituais individuais ou coletivos, diariamente e/ou em datas e lugares específicos. Elas estruturam o ser, o pensar e o agir da comunidade, ou de seus adeptos, dão vida, fortalecem os laços sociais e estruturam a organização social e política. Enfim, as manifestações religiosas apresentam características espirituais, mas também morais e éticas. Frente a isso, percebe-se

cada vez mais a necessidade que se tem em “respeitar a pluralidade das manifestações do divino, do sagrado, desde que não adotem formas fanáticas, excludentes e xenófobas” (Tamayo, 2004, p. 291)¹³.

O Brasil, em sua gênese, estrutura e desenvolvimento é um país miscigenado, formado, sobretudo, pela cultura dos povos originários, europeus e africanos. A essa diversidade cultural estende-se também a religião. As várias manifestações religiosas apresentam princípios semelhantes, mas também distintos, e quando não há diálogos, reconhecimento e respeito ao diferente, podem-se gerar preconceitos, perseguições, conflitos políticos, religiosos e a violação do princípio da liberdade religiosa. Não respeitar a liberdade religiosa é ferir a dignidade, o direito da pessoa, pois a “violação do princípio da liberdade religiosa produz guerras, mata pessoas, exclui grupos, espalha ódio, separa [e] condena sem tribunal” (Nogueira, 2020, p.22). Promover e respeitar a liberdade religiosa é um princípio ético que consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 e na Constituição Federal (CF) de 1988.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2013), a promoção e o respeito à liberdade religiosa é um argumento que marca a legalidade do direito de o homem expressar suas crenças. O Art. XVIII da DUDH advoga:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular (ONU, 2013, p.22).

A liberdade de expressar a crença compreende a capacidade de garantir a autonomia das pessoas de exercerem sua fé através de manifestações coletivas e individuais, exemplificando a dimensão social da religião. Atentar contra os fundamentos da liberdade religiosa é, para a DUDH, atentar contra os princípios que fundamentam as relações internacionais.

A CF abarca, em seu bojo, os princípios da DUDH, reafirmando a liberdade religiosa como um direito fundamental do Estado Democrático de Direito. O Inciso VI do Art. 5º traduz esse imperativo: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de

¹³ “Respetar la pluralidade de manifestaciones de lo divino, de lo sagrado, siempre que no adopten formas fanáticas, excluyentes y xenófobas” (Tamayo, 2004, p. 291).

culto e as suas liturgias” (Brasil, 2016, p. 13). A Carta Magna garante a inviolabilidade da liberdade religiosa no Brasil, assegurando a livre prática de culto e a proteção aos locais onde ocorre sua prática. Esse dispositivo eleva a liberdade religiosa a direito constitucional, de modo que a manifestação de fé traduz-se na dignidade da pessoa humana, garantia fundamental para a manutenção da pluralidade de crenças e da convivência inter-religiosa pacífica.

3.3 A questão da tolerância

A tolerância é um termo que está no discurso político, religioso e na educação, entre outros campos, sobretudo, quando o pano de fundo é a cidadania, a liberdade e os direitos humanos e a promoção de uma sociedade pacífica. Ela impulsiona o ser humano a se “relacionar e conviver com pessoas e grupos humanos pertencentes a grupos culturais, religiosos e tradições culturais diferentes das nossas, respeitando as diferenças e sem tentar impor o próprio credo ou modo de vida” (Tamayo, 2004, p.144)¹⁴. A tolerância, em especial, a religiosa, além de ser uma atitude ética é um compromisso pedagógico, político e jurídico, indispensável para a construção da paz em um estado democrático e laico. O diálogo e a tolerância não devem ser apenas um jogo de belas palavras, mas devem ser uma ação prática em nosso cotidiano em uma sociedade composta por pluralidade de crenças. O Brasil é um país democrático e laico e, por essa razão, devem ser possíveis o diálogo e a tolerância religiosa em todos os ambientes sociais e políticos, mas, sobretudo, na esfera escolar que é uma das principais instituições sociais que tem como uma de suas finalidades preparar a pessoa para a convivência ética e cidadã na diversidade.

A religião do outro não é uma tela em branco onde se projeta o que se quiser e como se desejar. “Ao julgar e avaliar outras religiões, geralmente não partimos de informações objetivas, mas sim de estereótipos ou versões tendenciosas que obscurecem o significado profundo da religião” (Tamayo, 2004, 155)¹⁵. É necessário conhecer, analisar e respeitar as múltiplas religiões presentes no país, como um elemento fundamental da diversidade cultural brasileira.

¹⁴ “Relacionarse y convivir con personas y grupos humanos pertenecientes a tradiciones culturales, religiosas y espirituales distintas de las nuestras, dentro del respeto a las diferencias y sin pretender imponer el propio credo o modo de vida” (Tamayo, 2004, p.144).

¹⁵ “A la hora de juzgar y valorar a las otras religiones, no se suele partir de una información objetiva al respecto, deforsino de estereotipos o versiones interesadas que terminan por mar el sentido profundo de la religión” (Tamayo, 2004, 155).

As religiões buscam responder aos seus adeptos as principais questões antropológicas e cósmicas sobre a vida, a morte e o universo. Cada crença tem uma compreensão a respeito desses pontos e, conseqüentemente, um código moral/ético que conduz a vida de seus filiados. Em um mundo multicultural, com uma imensidade de crenças religiosas, são necessários o respeito e a convivência pacífica entre essas múltiplas cosmovisões.

Toda a religião ou crença deve ser, na prática, promotora da vida e dos direitos humanos, pois “não faz o menor sentido uma prática religiosa que seja a favor da violência, do ódio, do preconceito e de todas as formas de discriminação” (Pinto, 2022, p. 74). O conhecimento, a interação e a tolerância não têm como finalidade a “uniformidade de ritos, símbolos, crenças, [doutrinas] e visões de mundo, nem diluir as características de cada religião num único universo religioso” (Tamayo, 2004, p. 143)¹⁶, mas a luta contra o racismo, o preconceito, a xenofobia e as mais diversas formas de ameaças sistemáticas da vida, do planeta, da liberdade e da dignidade humana.

A história nos mostra conflitos entre as religiões no geral e também no seio da mesma religião. No que diz respeito aos conflitos sangrentos por interpretações doutrinárias diferentes entre a mesma religião, deve-se analisar o cenário europeu dos séculos XVI e XVII entre cristãos (católicos e protestantes). A data de 23 de agosto de 1572 é conhecida como o Dia do Massacre de São Bartolomeu. Estima-se que entre 5 mil e 10 mil protestantes foram assassinados em menos de 24 horas por católicos franceses (Harari, 2020). Conflitos como esses se deveram a divergências, tais como questões doutrinárias, interpretação bíblica ou mesmo pela busca de poder. Vale destacar que a Igreja Católica estava perdendo fiéis na Europa após a Reforma Protestante (1517). A razão para esse fato ocorrer vai além da legitimidade da religião: é, em primeira instância, política, no intuito de reafirmar os fundamentos de uma crença em detrimento da outra e, assim, garantir a estabilidade social daquela crença que sempre impôs questões de moralidade e de fé aos seus adeptos.

Neste contexto de intolerância, perseguição e guerras religiosas, os filósofos John Locke e Voltaire fazem uma análise sobre a necessidade e o valor da tolerância, as conseqüências da intolerância e, além disso, o que é de competência da sociedade civil e da religião (igreja).

¹⁶ “Uniformidad de los ritos, símbolos, creencias y cosmovisiones, como tampoco diluir las señas de identidad de cada religión en un único universo religioso” (Tamayo, 2004, p. 143).

3.3.1 A filosofia da tolerância de Locke

O filósofo inglês John Locke estabeleceu fundamentos acerca da liberdade religiosa de seu tempo, fazendo a distinção entre governo civil e a certeza da verdadeira religião e da verdadeira igreja. Em *Carta sobre a Tolerância*, ele defende a separação entre fundamentos de fé e fundamentos políticos: “considero necessário acima de tudo diferenciar com exatidão aquilo que compete ao governo civil e aquilo que compete à religião e demarcar as fronteiras apropriadas que se encontram entre um e outro” (Locke, 2022, p. 37). Este é o ponto de partida de sua teoria sobre a tolerância.

Não censurará aqui o orgulho e a ambição de alguns, as paixões e o zelo pouco caridoso de outros. Estas são faltas das quais os assuntos humanos talvez nunca se libtem completamente; contudo, elas são tais que ninguém suportará que lhe sejam imputadas sem tentar encobri-las com cores especiosas, e buscar aprovação, enquanto é carregado por suas próprias paixões irregulares. Para que alguns não encobrem seu espírito de perseguição e de crueldade não cristã com o pretexto de se ocupar do bem público e da observância das leis; e para que outros não procurem impunidade para sua libertinagem e devassidão usando a religião como pretexto; numa palavra, para que ninguém manipule a si mesmo ou aos demais com a desculpa de ser leal e obediente ao príncipe, ou afável e sincero no culto a Deus, considero necessário acima de tudo diferenciar com exatidão aquilo que compete ao governo civil e aquilo que compete à religião e demarcar as fronteiras apropriadas que se encontram entre um e outro. Se isso não for feito, nunca terão fim às controvérsias que sempre surgirão entre os que, de um lado, se preocupam ou ao menos fingem se preocupar com o interesse das almas e os que, outro, se preocupam com a república (Locke, 2022, p. 36-37).

Para Locke, é papel do governo limitar-se aos interesses civis e não às questões da fé. Ele argumenta que a verdadeira religião, enquanto persuasão interna da mente, não deve ser submetida a quaisquer formas de coerção. Ele analisa a sociedade de sua época e faz críticas aos problemas existentes: as pessoas mascaram seus interesses pessoais sob o disfarce do serviço público ou da liturgia do culto. Por isso, em seu discurso, há uma grande preocupação com a questão da corrupção em forma de discurso político e/ou religioso.

Ao defender a separação entre Estado e religião, o filósofo argumenta que é papel do governo garantir a paz e os direitos de cada cidadão, independentemente de suas crenças religiosas. A liberdade de culto deve ser preservada na legislação estatal, e cada pessoa faz sua escolha individual e voluntária à afiliação religiosa, sem nenhuma imposição externa. Por isso que qualquer forma de coerção é contrária à natureza das várias manifestações religiosas.

As reflexões de Locke chegam ao seu limite a partir do momento em que ele exclui de sua defesa dois tipos de atores: os ateus e os católicos. Estes porque se subordinam a um líder

estrangeiro (o papa); aqueles porque negam a existência de Deus. Locke defende que esses grupos não são confiáveis para cumprir acordos estabelecidos em favor da tolerância, já que ateus seriam incapazes de fazer juramentos baseados na crença em Deus, e católicos não seriam leais ao Estado, configurando, assim, falta de estabilidade jurídica para sua permanência numa sociedade contratualista. Estes dois grupos são perigosos à manutenção do Estado (Santos, 2017). Esse entrave limítrofe expressado por Locke suscita a crítica de pensar que ele também poderia não ser tão tolerante, haja vista suas perspectivas filosóficas de tolerância pois, põe de lado ateus e católicos como explicitado acima.

3.3.2 Fundamentos de Voltaire para a tolerância

O filósofo francês François Arouet, cognominado Voltaire, defende uma mistura de racionalismo e empirismo, contrariando os princípios defendidos por René Descartes. Com efeito, ele vê em Locke uma inspiração para sua “visão filosófica” (Mondin, 2003, p.162). Em *Tratado sobre a Tolerância*, defende o discurso racional, primando pelos direitos individuais e pela coexistência das diferentes religiões. Voltaire enfatiza várias vezes a importância da tolerância. Ele argumenta que a intolerância é uma atitude bárbara: “o direito de intolerância é, pois, absurdo e bárbaro: é o direito dos tigres, e bem horrível, pois os tigres só destroçam para comer, e nós nos exterminamos por causa de parágrafos” (2022, p. 152).

Nesse sentido, o pensamento de Voltaire ressalta a importância do respeito às diferentes crenças, tornando-se imperativo o estabelecimento da tolerância como forma de rejeição a qualquer conflito. Além do mais, sua visão reflete a necessidade do pensamento racional em detrimento de qualquer tipo de fanatismo religioso, pois, ao seguir princípios racionais, haverá uma sociedade mais tolerante. Segundo Voltarei é “por meio do uso da razão que [é possível] superar os preconceitos e fanatismos, a fim de estruturar a sociedade civil nos valores da tolerância, do respeito e da solidariedade” (Santos, 2017, p.52).

É fundamental, como argumenta Voltarei, que “todos os homens possam se lembrar que são irmãos! Que tenham horror à tirania exercida sobre as almas” (2022, p. 212). Portanto, todas as religiões devem em suas doutrinas e práticas ter um alinhamento com os direitos humanos, com a defesa da vida e da liberdade, pois é o ser humano que está em jogo. A visão de Voltaire pressupõe a fraternidade universal, em que diferentes crenças possam coexistir de forma pacífica. Argumenta que “a intolerância cobriu a terra de carnificina”

(Voltairei, 2022, p. 148), por isso, adverte que ela converge em guerras entre “irmãos”, e é absurda e bárbara.

O fundamento trazido por Voltaire é de que a tolerância é o caminho propício para a propagação da paz. Todos os homens voltam-se para um Deus que une ao invés de dispersar, embora a humanidade seja repleta de diferenças entre as pessoas. Nesse sentido, a visão dele se contrapõe às limitações de Locke, pois Voltaire tem em vista uma concepção mais humanista e, conseqüentemente, uma compreensão dos “seres humanos como seres frágeis, imperfeitos e efêmeros” (Santos, 2017, p. 51). Por isso, é necessária a prática da tolerância, pois seu contrário leva à exclusão, à perseguição, à desqualificação e ao aniquilamento do outro.

3.4 A tolerância e sua necessidade para a construção da paz

Os pensamentos de Locke e Voltaire, em suas respectivas obras *Sobre a tolerância* e *Tratado sobre a tolerância*, ajuda-nos a pensar as relações religiosas com o Estado e a indispensável prática da tolerância na sociedade brasileira. Locke defende que é fundamental distinguir com precisão a esfera da sociedade civil e da comunidade religiosa, argumentando: “considero necessário acima de tudo diferenciar com exatidão aquilo que compete ao governo civil e aquilo que compete à religião e demarcar as fronteiras apropriadas que se encontram entre um e outro” (Locke, 2022, p. 37), como citado na seção – a filosofia da tolerância de Locke. Logo, é necessário que a sociedade brasileira reconheça-se e aceite-se como plural, sobretudo, na questão religiosa e, acima de tudo, entenda e promova a diferença e a separação da lei civil da moral religiosa. Isso porque o Brasil é um país laico, ou seja, sem religião estatal.

Corroborando com esse pensamento, Tamayo, argumenta que “colocar Deus ou os deuses como base do poder político e colocá-lo como fundamento da sociedade constitui uma manipulação grosseira de Deus e uma desvalorização da política e da sociedade” (2004, p. 300)¹⁷. Tamayo reflete sobre os perigos de a religião instrumentalizar a esfera política, embora saiba do papel que a religião exerce na vida das pessoas. A crítica de Tamayo (2004) assegura-se no *modus operandi* da mistura de fé e política: a supervalorização da fé, servindo ao Estado

¹⁷ “Situar a Dios o a los dioses como base del poder político y colocarlo como fundamento de la sociedad constituye una crasa manipulación de Dios y una devaluación de la política y de la sociedad” (Tamayo, 2004, p. 300).

como objeto manipulador; a desvalorização da política, perdendo sua autonomia e seu caráter transformador; e a desvalorização da sociedade, em sua dimensão plural, com diversidade de pensamento.

Logo, nenhuma religião/igreja no Brasil deveria impor sua doutrina e moralidade religiosa à sociedade civil. Os poderes legislativo e judiciário não podem nem devem em nome de um suposto bem público privilegiar uma concepção religiosa, pois, como citado várias vezes nesta pesquisa, o país é laico e democrático. É necessário seguir princípios alinhados à justiça e aos direitos humanos, além de ter prudência na elaboração e na execução das leis.

É nesse aspecto que o argumento de Locke é sustentado: “o magistrado deve sempre tomar cuidado para não abusar de sua autoridade e oprimir uma[religião]igreja usando o bem público como pretexto” (2022, p. 63). É evidente que no âmbito atual de democracia, o Estado não deve tirar a autonomia da fé e vice-versa. Se assim fizesse, não haveria o que tratar da tolerância, pois a política, em si, iria aderir a determinada crença em detrimento de outras. Assim, religião/igreja e Estado devem possuir jurisdições distintas. Tanto Locke (2002) quanto Tamayo (2004) denunciam a instrumentalização da fé pelo poder político, versando a autonomia entre essas esferas, a fim de que haja a estabilidade social por meio da tolerância.

A diversidade de pessoas e de ideias é uma característica inerente à condição humana. Em virtude da pluralidade cultural e religiosa, existem várias cosmovisões, “não é a diversidade de opiniões [religiões], mas a recusa em tolerar essas opiniões [crenças] diferentes” (Locke, 2022, p. 81-82), que promove a intolerância, a exclusão e a guerra. O reconhecimento de uma sociedade livre é o campo propício para negociar a tolerância. Nesse viés, o diálogo tolerante promove a paz entre as pessoas e as nações.

Diante disso, “compete ao Estado Democrático de Direito assegurar a tolerância interconfessional, a fim de que a vivência e o debate das convicções religiosas sejam os mais harmônicos possíveis” (Santos, 2017, p. 84). Se se quer e busca-se de fato a paz na escola, na sociedade brasileira e no mundo, deve-se buscar o respeito e a tolerância, pois “não pode haver paz no mundo sem paz entre as religiões, nem paz entre elas sem diálogo inter-religioso[tolerância]” (Tamayo, 2004, p.164)¹⁸. Sem tolerância, sem reconhecimento, proteção e ação do Estado, a sociedade vive em conflitos e ameaças à vida e à liberdade religiosa. É necessário que todos tenham consciência de que a “paz, a equidade e a amizade devem ser

¹⁸ “No puede haber paz en el mundo sin paz entre las religiones, ni paz entre ellas sin diálogo inter-religioso” (Tamayo, 2004, p. 164)

sempre reciprocamente respeitadas pelas diferentes igrejas [religiões]” (Locke, 2022, p. 46). Mas o reconhecimento dessa necessidade para o convívio harmônico não é característica apenas da sociedade moderna e contemporânea. Cita-se aqui, como exemplo, o edital da tolerância religiosa do imperador indiano Asoka (250, a. C), que trata da tolerância como um modo de vida. Veja-se:

Amado dos Deuses, o rei que considera todos com afeição, homenageia os ascetas e os chefes de todas as religiões e honra valores que deveriam ser cultivados na essência de todas as religiões. [...]. Todo aquele que louva sua própria religião, devido a uma devoção excessiva, e condena outras com o pensamento “Que eu glorifique minha própria religião” só prejudica sua própria religião. Portanto, o contato entre religiões é bom. Devem-se ouvir e respeitar as doutrinas professadas por outros. Amado dos Deuses, o rei que considera todos com afeição, deseja que todos sejam bem instruídos nas boas doutrinas de outras religiões (Asoka, *apud* Harari, 2018, p. 240-241).

É fundamental conhecer e valorizar a diversidade cultural, para destruir o medo e o preconceito com o diferente. É importante frisar que cada religião tem a visão de que somente ela é verdadeira e de que, conseqüentemente, as demais são falsas. Locke nos chama a atenção para essa concepção etnocêntrica dizendo que toda religião ou “igreja é ortodoxa para si mesma; para as demais, equivocada e herética. Para cada igreja, todas as suas crenças são crenças verdadeiras, e seu contrário é considerado equivocado” (Locke, 2022, p. 46-47). Para o sociólogo Durkheim (2021), todas as religiões são verdadeiras e respondem de certa forma às necessidades da vida humana, cada uma à sua maneira. Esses fundamentos expostos indicam que cada religião traz em seu bojo o anseio de propagar sua verdade, excluindo a verdade de outras crenças. Por isso, a tolerância deve ser discutida, primordialmente, a fim de que se possam coexistir religiões sem o atropelo da guerra, do desrespeito, da intolerância.

Nesse sentido, serve-nos a postura filosófica socrática, que pontua o diálogo como aspecto essencial para a obtenção do saber. Contudo, para que ele ocorra efetivamente é necessário que o interlocutor esteja aberto à dialética intrínseca a esse processo. Mas isso não é possível com as questões religiosas, pois como sustenta Durkheim (2021): as religiões estão encerradas em suas verdades. Em outras palavras, pode-se dizer que a verdade religiosa é aquela revelada, dogmática para os seus adeptos, que não se sujeita aos questionamentos advindos da investigação filosófica. Nesse cenário, a tolerância surge como um dos caminhos possíveis para a coexistência pacífica das religiões, pois não pode se encerrar no diálogo filosófico, em que pode ocorrer a revisão potencial da verdade religiosa, fadada apenas à natureza de seus dogmas. Nesse contexto, a tolerância surge como uma virtude pragmática em

contraposição a qualquer ideia conflituosa, que gera violência. Já que os dogmas surgem como verdades inquestionáveis da religião, a única forma de evitar-se conflitos nas relações mútuas, sem que haja perseguição, é pelo caminho da tolerância.

Ao separar Estado e religião/igreja, Locke (2022) cria o espaço racional necessário para que a diversidade de religião coexista sem coerção. Ele vê na tolerância o caminho para controlar os conflitos e estabilizar a sociedade pluralista, reconhecendo que a busca para a salvação da alma está nas verdades religiosas e não no Estado. Do mesmo modo, Voltaire (2022) contempla essa perspectiva à medida que tece seu argumento sobre a visão moral e humanista. Para ele, as religiões não deveriam insistir em impor suas verdades como absolutas, pois isso levaria a humanidade à prática do fanatismo e da violência, tornando-se intolerante, impedindo o diálogo e fomentando a guerra. Voltaire (2022) acredita em um Deus que une as pessoas, que não divide, e reforça a tese de Locke (2022) para a tolerância. Este fornece as bases da legalidade e aquele, as bases da moralidade, que resumem a complexidade entre verdades religiosas e poder político de uma sociedade multicultural.

Embora esses dois filósofos não tenham convivido no mesmo período, receberam influências do Iluminismo que pairava na Europa, esboçando um verdadeiro confronto da razão sobre a fé, como princípio norteador. Ambos defenderam os pilares fundamentais para exercer a tolerância, a partir da separação entre Estado e religião/igreja. Reconheceram que a coerção não é o caminho que leva à paz, mas a desestabilizar a sociedade.

Ao analisar as ideias de Locke e Voltaire, verifica-se que seus fundamentos são a base da reflexão para o contexto de tolerância pretendido neste trabalho. Em contexto atual, o país autodefine-se como democrático e laico e busca assegurar a tolerância entre as religiões, tratando-as como livres e iguais, sem privilegiar qualquer crença. Era essa a neutralidade defendida pelos dois filósofos em exame, pois a postura do Estado é garantir que os diferentes credos sejam tratados como livres e iguais.

O respeito às múltiplas crenças e a defesa do diálogo inter-religioso, ou melhor, da tolerância, tornam-se imperativos em uma sociedade cada vez mais diversa. Extraímos da filosofia a compreensão de que liberdade e promoção dos direitos humanos são elementos inegáveis ao ser humano. A história nos mostra essa compreensão quando nos fornece precedentes a exemplo do imperador indiano Asoka, que exortava a tolerância como princípio do respeito à fé do outro.

O estudo dessas teorias nos fornece o subsídio necessário para reivindicar o direito à liberdade religiosa, combatendo o fanatismo e/ou a discriminação. Quando existe interação

entre as diferentes instituições religiosas, vence-se o preconceito, adquire-se experiência e conhecimento, conquista-se o bem-estar coletivo.

Em um Estado Democrático de Direito e laico, como é o Brasil, é necessário que as visões religiosas sejam tratadas como livres e iguais, que não se privilegie uma determinada crença religiosa ou igreja, nem haja “posturas estatais hostis ao fenômeno religioso e a seus adeptos” (Santos, 2017, p. 263). Para isso, é essencial que se promova uma formação educacional em que todos os agentes envolvidos nesse processo estejam abertos ao diálogo, ao conhecimento e ao respeito ao outro como um ser humano e cidadão. Sem isso, acontece o preconceito, a polarização e a marginalização do outro. Nessa linha de pensamento, Tamayo assevera que “o diálogo inter-religioso e intercultural constitui o imperativo categórico e o principal desafio ao qual as religiões devem responder se não quiserem ossificar, ignorar ou, pior ainda, destruir-se mutuamente” (2024, p. 136)¹⁹. É necessário conhecer e interagir com outras religiões/crenças para superar o medo do diferente, lutar contra a desinformação e superar o preconceito.

A diversidade cultural e religiosa é uma riqueza para a sociedade. É através do contato e respeito com essa diversidade que se adquire experiência, conhecimento e, consequentemente, impulsionamo-nos para a construção de uma sociedade melhor, onde seja possível uma convivência respeitosa.

O conhecimento e o respeito com essa diversidade cultural e religiosa nos leva a criar pontos de interação e de tolerância com a multiplicidade das religiões. Pois a convivência, o respeito e a tolerância com as várias religiões é um excelente laboratório de humanização para todos. As religiões devem promover a liberdade, a justiça, a paz e, sobretudo, a vida e o amor ao invés da classificação ou julgamento de quem será salvo ou não²⁰. As religiões enfrentam hoje grande desafio: “responder de forma consistente às ameaças que estão sendo feitas, cotidianamente, à vida e que colocam em risco a sobrevivência não só da espécie humana, mas também do planeta” (Sanchez, 2010, p.135), em razão disso, é necessário unir forças e lutar pela vida e pela paz.

O fundamentalismo e a intolerância geram várias consequências negativas para a sociedade, uma vez que estão associados a outros “fundamentalismos de natureza política,

¹⁹ “El diálogo interreligioso e intercultural constituye el imperativo categórico y el principal desafío al que han de responder las religiones si no quieren anquilosarse, ignorarse o, peor todavía, destruirse unas a otras” (Tamayo, 2024, p. 136).

²⁰ Na última seção tem dois poemas que tratam sobre esta temática: um de Pedro Aprigio (Religião, vida e razão) e outro de Ana Mari(Poema Religioso).

econômica, cultural e social, com os quais estabelece[m] alianças para defender mais eficazmente o etnocentrismo cultural [e] uma moral repressiva” (Tamayo, 2004, p. 90).²¹ Quando a religião restringe-se a fundamentalismos, a intolerância permeia a fé com consequências devastadoras, pois nenhuma religião deve se achar dona da verdade e impor sua visão de mundo como única a ser seguida.

Por isso é fundamental que, à luz dos direitos humanos conquistados/consolidados pela DUDH no pós Segunda Guerra Mundial, as religiões fundamentem sua hermenêutica: “sem o horizonte dos direitos humanos, as religiões acabam justificando práticas contrárias à dignidade, à liberdade, à igualdade e à inviolabilidade da pessoa” (Tamayo, 2004, p. 175)²². Para suas ações terem validade, a religião não pode confrontar os direitos universais à liberdade, à dignidade, à igualdade e, principalmente, à inviolabilidade da pessoa. Isso não significa dizer que necessariamente, as religiões fornecem práticas nocivas à humanidade, mas que a interpretação dos textos sagrados arrastada pelo dogma sem qualquer filtro crítico pode levar a fundamentos que desconsideram os direitos humanos. E, se isso ocorrer, as religiões estão fadadas a fundamentar ações que infringem a dignidade humana.

Na próxima seção, será apresentado o relatório dos seminários/palestras/rodas de conversas, realizados por representantes das religiões/crenças/igrejas: Religiões de Matriz Africana (candomblé), Cristianismo e Doutrina Kardecista. Esta parte é em virtude da natureza do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (Prof-Filo). A prática foi aplicada em uma turma do 3º ano médio de tempo integral na Escola Estadual Cívico-Militar Marçal de Souza Tupã-Y, em Campo Grande- MS.

²¹ “Fundamentalismos de carácter político, económico, cultural y social, con quienes establece alianzas para defender con más eficacia el etnocentrismo cultural, una moral repressiva” (Tamayo, 2004, p. 90).

²² “Sin el horizonte de los derechos humanos las religiones terminan por justificar prácticas contrarias a la dignidad, la libertad, la igualdad y la inviolabilidad de la persona” (Tamayo, 2004, p. 175).

4 RELATÓRIO DAS APRESENTAÇÕES DOS SEMINÁRIOS, DAS PALESTRAS E DAS RODAS DE CONVERSA

4.1 Projeto encaminhado à Secretaria de Estado de Educação (SED-MS)

Esta seção apresenta as discussões advindas a partir da proposta apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (Prof-Filo), da UFMS – “O diálogo platônico e a tolerância religiosa: uma proposta para o Ensino Médio”. Para isso, foi necessário desenvolver na escola campo de pesquisa para os diálogos de Platão e a teoria da tolerância e, a partir das discussões com os estudantes, foram convidados alguns religiosos a fim de estabelecer o diálogo e a prática da tolerância com eles, tendo em vista o objetivo da pesquisa.

Com isso, a proposta do trabalho em sala de aula deu-se por meio de duas perspectivas. A primeira partiu da necessidade de trabalhar a temática do diálogo e da tolerância religiosa. Essa linha vem sendo tratada desde o início do ano letivo de 2024, nas duas instituições de ensino nas quais o autor desta pesquisa atua: a Escola Estadual Cívico-Militar Marçal de Souza Tupã-Y, situada na Rua Luiz de Vasconcelos, nº 200, Bairro Los Angeles, e a Escola Estadual Professora Flavina Maria da Silva, localizada na Rua Centro Oeste, nº 40, Bairro Jardim Botafogo, ambas em Campo Grande - MS.

Com o objetivo de preparar o ambiente escolar para o desenvolvimento das atividades práticas previstas no projeto, foram realizadas ações preliminares junto à comunidade escolar. Inicialmente, apresentou-se o projeto à direção, coordenação pedagógica e estudantes, tanto em versão impressa quanto digital. A temática foi, ainda, incorporada aos planejamentos dos componentes curriculares de Filosofia, Sociologia, História e Geografia, integrando os conteúdos desenvolvidos em sala de aula.

Durante o primeiro bimestre de 2025, foram promovidas atividades pedagógicas introdutórias, utilizando recortes das obras *Fedro* (ver anexo I) e *República* (ver anexo II), de Platão, para abordar o método dialógico e discutir a importância da tolerância religiosa, concepções trazidas por Locke, Voltaire e Tamayo, como valor fundamental para a promoção da paz e da convivência democrática.

Embora o projeto tenha sido discutido nas duas unidades escolares, a realização dos encontros práticos ocorreu exclusivamente na Escola Estadual Cívico-Militar Marçal de Souza Tupã-Y. As atividades foram desenvolvidas entre os meses de maio e junho de 2025, na turma de 3º ano A, em tempo integral, durante as aulas de Filosofia, Sociologia e Língua

Portuguesa. A turma, composta por 30 estudantes, representa uma diversidade de crenças, incluindo católicos, evangélicos (neopentecostais), praticantes da umbanda e kardecistas.

A segunda perspectiva deu-se por meio da realização de seminários, palestras e rodas de conversa, realizados por representantes das Religiões de Matriz Africana (candomblé), do Cristianismo (católico e neopentecostal), e da doutrina Kardecista (espiritismo). A escolha dessas religiões foi em virtude da realidade política, cultural e religiosa da sociedade brasileira, em especial, a da cidade de Campo Grande- MS.

O objetivo foi estudar, apresentar e analisar algumas das religiões que compõem a sociedade brasileira e a necessidade da tolerância para a construção da paz, bem como conhecer e compreender que o Brasil é um país democrático e laico. Por isso, é possível dialogar sobre a temática da tolerância religiosa, em especial na escola, que é uma das instituições responsáveis na construção e desenvolvimento de uma sociedade diversa, podendo assim, ter uma convivência pacífica com o outro enquanto ser de dignidade e valor.

Além disso, conforme a Instrução Técnica nº 02/2024, da Coordenadoria de Modalidades Específicas (COMESP) e da Superintendências de Políticas Educacionais (SUPED) da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS), todas as atividades extraclasse e participação de convidados externos devem ser previamente autorizadas pela SED-MS e, como meio de cumprir a aludida exigência, o projeto foi encaminhado oficialmente à Secretaria por meio da escola, contendo a descrição das ações, a justificativa, os objetivos, a fundamentação teórica, a metodologia, as competências e habilidades da BNCC e do Currículo de Referência do Estado.

4.2 Habilidades e Competências exercitadas

As habilidades e competências exercitadas no 2º bimestre na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Filosofia, Sociologia, História e Geografia) estão de acordo com o Currículo de Referência do Estado de Mato Grosso do Sul (Mato Grosso do Sul, 2021), etapa do Ensino Médio, no ano de 2025. O projeto fundamenta-se em normas e legislações citadas no decorrer deste trabalho, além de evidenciar as seguintes habilidades (EM13CHS502, 503 e 601) pontuadas na BNCC:

Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito,

intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas[originários] e das populações afrodescendentes (incluindo os quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país (Brasil, 2018, p. 577-579).

Dentro desse enfoque, cabe salientar que as habilidades elencadas no Currículo de Referência do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, especialmente aquelas voltadas à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, foram essenciais para a estruturação e condução do projeto sobre a temática do diálogo e da tolerância religiosa.

A primeira habilidade, que propõe a análise crítica de situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores e condutas, é especialmente significativa, pois desafia os estudantes a desnaturalizarem formas de opressão muitas vezes internalizadas e reproduzidas no ambiente escolar e social. Ao problematizar preconceitos e discriminações enraizadas no cotidiano, promove-se um processo de conscientização necessário à formação cidadã, permitindo a identificação de práticas que violam os Direitos Humanos e a prática de atitudes solidárias e respeitosas diante da diversidade.

A segunda habilidade, por sua vez, convoca a comunidade escolar a reconhecer e refletir sobre as múltiplas formas de violência - física, simbólica, psicológica, religiosa, entre outras - e suas implicações nos planos afetivo, social e político. A abordagem dessa competência mostrou-se indispensável nas rodas de conversa, ao permitir que os estudantes identificassem, a partir de suas próprias vivências, situações concretas de exclusão e intolerância, muitas vezes veladas.

Já a terceira habilidade mobiliza um olhar voltado à valorização da história e das lutas dos povos originários e das populações afrodescendentes no Brasil contemporâneo, articulando passado e presente em uma perspectiva crítica, cuja competência materializou-se com especial força nas falas dos representantes das religiões de matriz africana, que evidenciaram o racismo religioso e a exclusão estrutural a que esses grupos ainda estão submetidos. A abordagem permitiu aos estudantes reconhecerem os impactos sociais do apagamento histórico e a importância de ações concretas para a promoção da equidade racial, não apenas como pauta curricular, mas como prática cotidiana de cidadania e justiça social.

Além dessas habilidades e competências, foram utilizados também as seis competências específicas do Ensino Religioso, conforme a Base Nacional Comum Curricular que, embora sejam do Ensino Fundamental, mas pela temática foram essenciais no desenvolvimento desta pesquisa, a saber:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz (Brasil, 2018, p. 437).

As competências específicas do componente curricular Ensino Religioso, definidas na BNCC, ainda que voltadas ao Ensino Fundamental, foram fundamentais para nortear os princípios ético-pedagógicos deste projeto, dada a transversalidade da temática e sua relevância para a formação integral dos estudantes.

O conhecimento dos aspectos estruturantes das diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, conforme orienta a primeira competência, foi promovido por meio das palestras e rodas de conversa com representantes das distintas crenças evidenciadas neste trabalho, as quais trouxeram narrativas pessoais, fundamentos doutrinários e cosmovisões diversas, possibilitando aos estudantes contato direto com epistemologias plurais.

A segunda competência, que propõe a valorização das manifestações religiosas em diferentes contextos históricos e geográficos, foi contemplada na medida em que os debates favoreceram a compreensão das experiências religiosas como expressões legítimas da identidade cultural de grupos sociais historicamente marginalizados. O respeito às crenças e saberes do outro foi incentivado não apenas como um princípio teórico, mas como uma prática de escuta ativa e empática nas interações entre palestrantes e estudantes.

Ao abordar a dimensão do cuidado de si, do outro e da natureza como expressão do valor da vida (competência 3), o projeto mobilizou reflexões que ultrapassaram a dimensão religiosa e adentraram no campo ético-existencial, destacando-se, nesse sentido, os discursos

dos representantes do Candomblé e da doutrina Kardecista (espiritismo), que ressaltaram a importância do corpo, da saúde, da espiritualidade e da conduta individual como formas de honrar a vida e estabelecer relações mais saudáveis com o outro e o mundo.

A quarta competência, **conviver com a diversidade de crenças e modos de vida**, foi, sem dúvida, o cerne da parte prática do projeto e, por meio da exposição e da escuta de perspectivas diferentes, os estudantes foram desafiados a revisitar suas próprias convicções e a reconhecer o valor da pluralidade religiosa como elemento constituinte da democracia e da cidadania, sendo certo que o exercício de convivência com a diferença foi potencializado pelas dinâmicas propostas pelos palestrantes, pelas perguntas dos alunos e pelas intervenções espontâneas que emergiram ao longo das apresentações.

No que se refere à análise das relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da saúde, da ciência e do meio ambiente (competência 5), as rodas de conversas proporcionaram diálogos interdisciplinares que evidenciaram como as crenças religiosas influenciam e são influenciadas pelos contextos sociais em que se inserem: questões como racismo religioso, sincretismo religioso, laicidade do Estado, violência simbólica e cuidado ambiental foram discutidas, integrando saberes das áreas de Filosofia, Sociologia, História e Geografia.

Em relação à sexta competência, esta foi atendida ao ser promovido um ambiente reflexivo e crítico frente aos discursos e práticas de intolerância religiosa, cujo projeto incentivou o posicionamento ético dos estudantes contra a discriminação e a violência, reafirmando os direitos humanos como pilares para a convivência em sociedade e contribuindo para a construção de uma cultura de paz. As falas dos convidados, aliadas aos debates em sala de aula, permitiram que os alunos problematizassem preconceitos internalizados e desenvolvessem argumentações mais sólidas em defesa da pluralidade de crenças e da liberdade religiosa.

4.3 Componentes curriculares e professores(as) envolvidos(as)

Filosofia: Pedro Aprigio dos Santos - discutiu a questão do ser humano como um ser de dignidade e valor absoluto independentemente de qualquer posição social, política, religiosa, cultural e acadêmica. Abordou a liberdade, sobretudo, religiosa como um elemento essencial da dignidade humana, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal de 1988.

Sociologia: Jaine Vicencia Rodrigues - trabalhou a cultura afrodescendente, a violência racial e étnica no país, com a finalidade de combater racismo, discriminação e a xenofobia.

História: Mayara Regina da Silva - deu ênfase na riqueza da diversidade étnico-racial e cultural tendo como base os Direitos Humanos. Abordou a questão etnocêntrica do racismo e do preconceito, sobretudo, na sociedade brasileira.

Geografia: Valdirene de Souza e Franciely Fernanda Rodrigues - abordaram a questão da dinâmica fronteiriça, sobretudo, no campo cultural, a importância da interação entre as culturas e as religiões para construção de uma sociedade tolerante.

4.4 Realização dos momentos prático-interativos da pesquisa²³

Os momentos prático-interativos da pesquisa ocorreram por meio da presença de religiosos praticantes de cada doutrina elencada na proposta deste trabalho, os quais delinearam acerca da crença em um “Ser Superior” à toda humanidade, além de destacar a necessidade que as pessoas têm de buscar o transcendente, o intangível.

Esses momentos materializaram o que foi abordado nos pressupostos teóricos da pesquisa, tratados na seção 2 - sobre a possibilidade do diálogo, tendo como centro a figura de Sócrates em contraposição às concepções de Trasímaco, que não aceita dialogar, aspecto observado no Livro I, da *República*, de Platão – e na seção 3 – sobre a tolerância e o diálogo inter-religioso, fatores primordiais para a construção de uma sociedade que busca, pacificamente, a coexistência de doutrinas diferentes, marcando, assim, uma sociedade plural.

Os fundamentos da religião, abordados pelos palestrantes, emergem na vida do ser humano a partir do momento em que este tenta buscar respostas e sentido para a existência, para a vida e para a morte.

4.4.1 Roda de conversa sobre o Cristianismo (Neopentecostalismo)

A primeira abordagem prática da pesquisa ocorreu no dia 19 de maio de 2025, com uma roda de conversa sobre a corrente cristã neopentecostal. Para esse momento, foi

²³ Na realização desta parte, foi elaborado para os participantes um Termo de Autorização sobre o uso de imagem e voz. Já para os estudantes, essa autorização para fins pedagógicos/acadêmicos acontece no ato da matrícula na unidade escolar.

convidado o palestrante João Maya (Professor- SED-MS), mestrando no Programa Prof-Filo (UFMS), pertencente à Igreja Palavra de Cristo, em Campo Grande-MS. O primeiro encontro contou com a presença da Prof. Dr^a Cristina de Souza Agostini (UFMS), orientadora da pesquisa.

Figura 1 – Momento de conversa com representante neopentecostal



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

João Maya fez uma análise histórica, política e social do cristianismo. Falou dos elementos como amor, graça, perdão e esperança, que estão presentes na doutrina religiosa, incluindo fatores históricos e políticos da Reforma Protestante, do Pentecostalismo e Neopentecostalismo, sobretudo, no Brasil.

Em sua fala, deu ênfase várias vezes à necessidade da tolerância para que as pessoas tenham liberdade e que possam manifestar a sua fé sem medo e sem ferir a fé do outro. No final, ele fez uma dinâmica com os estudantes, como mostram as imagens abaixo. Nesta atividade, João deu ênfase na caridade, no respeito, na esperança, na fé, na união entre as pessoas independente de sua visão religiosa.

A dinâmica envolveu a questão do equilíbrio e da confiança a fim de estabelecer-se um comparativo com a tolerância religiosa. Os estudantes foram estendendo os braços e colocando as mãos nos ombros dos colegas de modo a formar um trezinho a imagem 3 da figura 2. O primeiro estudante estaria incumbido de conduzir todos os outros estudantes. Assim, ele refletiu acerca das pessoas que abraçam a fé cristã/neopentecostal, manifestando sua fé individual, mas abraçados rumo a um único objetivo: compartilhar o amor. Do mesmo modo que o adepto desta crença fortalece-se na fé, também torna-se imperativo para ele o

respeito à fé alheia, para que se tenha uma sociedade de paz e de tolerância, como foi pontuado por Tamayo (2004).

Figura 2 – Momento de dinâmica e encerramento



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

As postulações enfatizadas por este palestrante emergem da necessidade da tolerância e da manifestação da fé sem medo de ferir a fé alheia. Isso está diretamente relacionado com as concepções de Locke (2022) e Voltaire (2022), ao argumentarem que a fé é persuasão interna da mente, a qual não pode sofrer pressão externa, pois a coerção impede a liberdade religiosa e a busca incessante do ser humano ao sagrado de forma sincera.

A separação entre poder civil e religioso proposta por Locke (2022) busca garantir essa liberdade religiosa defendida pelo palestrante João Maya. Além do mais, a dinâmica proposta na roda de conversa reflete os valores universais de fraternidade defendidos por Voltaire (2022). De forma complementar, quando o palestrante trouxe à discussão os aspectos constitutivos da Reforma Protestante e do Neopentecostalismo no Brasil, essas questões convergiram com a problemática dos conflitos sangrentos, pautada na seção 2, os quais justificaram a tolerância como um princípio inerente à vivência em sociedade.

4.4.2 Palestra sobre o Cristianismo (Catolicismo)

A segunda abordagem prática da pesquisa ocorreu no dia 26 de maio de 2025, por meio de uma palestra com um representante da Igreja Católica. O palestrante, Padre Juan Diego, é Reitor do Seminário Maior Regional Maria Mãe da Igreja, em Campo Grande-MS.

Figura 3 – Momento de palestra com religioso católico



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O Padre Juan Diego definiu o que é religião e porque o homem é um ser religioso. O homem é um ser de transcendência, por isso, procura se relacionar com um ser superior. Ele quer saber qual o sentido de sua vida, o que é a felicidade. Ele enfatizou que a realidade concreta não responde às questões intangíveis, por isso, é necessário buscar amparo na religião. A experiência religiosa faz compreender que o ser humano não é apenas matéria.

Isso evidencia as discussões da seção 3, pois a religião pode ser compreendida como um sistema simbólico-cultural que expressa a relação do ser humano com o sagrado, o transcendente e os fundamentos últimos da existência, articulando mitos, crenças, ritos, normas morais e experiências que conferem sentido à vida individual e coletiva, oferecendo respostas às questões fundamentais sobre a origem, o destino e o propósito da existência, na

experiência do sagrado e na forma como essa experiência manifesta-se em símbolos, mitos e rituais (Eliade, 2018).

A fala do palestrante sobre os princípios que fundamentam a doutrina do catolicismo e acerca da natureza humana, que almeja buscar o transcendente para sua vida fazer sentido, coaduna com as discussões travadas na seção 3, quando trata a religião como elemento antropológico. O padre reafirma a tese de que o homem não é apenas matéria e, por isso, necessita buscar fundamentos na religião. Desse modo, alinha-se à ideia de que a religião oferece respostas para que o homem compreenda sua existência, aspectos evidenciados também na Filosofia, embora esta busque as respostas por caminhos diferentes daquela, como foi ponderado na seção 2, no diálogo socrático/platônico.

O religioso pontuou que o homem tem necessidade de se relacionar com o transcendente: “porque o homem é um ser transcendental, ele quer ir além do concreto”. Continuando a falar sobre a religião, ele argumenta que toda religião tem quatro pontos: 01.Toda religião tem um credo, um conteúdo, porque essa religião crê; 02.Toda religião tem um culto/celebração/rito; 03.Toda religião tem sua Moral: como viver? e 04.Toda religião tem uma estrutura hierárquica, a exemplo da igreja católica que tem o papa como cabeça/líder.

A fé cristã católica tem uma antropologia integral: o homem (corpo e espírito). O ser humano tem espírito e é capaz de se relacionar com o Ser Superior/Transcendente/Deus. Isso remete à concepção antropológica integral do ser humano como uma unidade complexa composta de corpo e alma/espírito, tratando-se, pois, de uma visão presente em diversas tradições filosóficas e religiosas, segundo as quais o espírito é a dimensão que conecta o indivíduo ao absoluto, ao mistério da existência e à experiência do sagrado. Essa capacidade de transcendência distingue o ser humano de outras formas de vida e fundamenta sua abertura para o divino, para o infinito e para os valores que ultrapassam a materialidade imediata da existência.

Ao ser questionado por uma estudante do 3º ano A acerca dos princípios vivenciados pela igreja a que ele se liga, o padre pontuou questões que permeiam a doutrina católica, as quais fortalecem o laço de fé dos adeptos desta crença. De modo geral, os princípios fundamentais que regem uma religião ou igreja consistem em um conjunto de crenças, normas éticas, práticas rituais e valores espirituais que orientam a relação do ser humano com o sagrado, com a comunidade e com o mundo, sendo que estes princípios costumam abranger quatro dimensões estruturantes: o credo (conjunto doutrinário), o culto (formas de

celebração), a moral (orientações para a vida prática) e a comunidade (organização e pertencimento).

O Padre apresentou os seguintes compêndios utilizados em sua doutrina: o Catecismo da Igreja Católica (que apresenta a doutrina oficial da Igreja), a Bíblia (que se diferencia da protestante em quantidade de livros, com 73 livros), a Liturgia das Horas (conjunto de orações, preces, cânticos, textos de padres dos primeiros séculos da Era Cristã e salmos para serem meditados em vários momentos do dia) e o Missal (contendo o ritual da liturgia católica, expressada em sua culminância no sacrifício da missa).

Figura 4 – Momento de explicação da doutrina católica e encerramento



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Quando o padre explana sobre os quatro pontos estruturantes da religião, confirma o que foi destacado na seção 3: todas as religiões possuem características distintas e comuns, ao mesmo tempo, pois organizam-se por meio de crenças, doutrinas e prática, cada uma com sua cosmovisão.

4.4.3 Palestra sobre a Religião de Matriz Africana (Candomblé)

A terceira abordagem prática da pesquisa ocorreu no dia 09 de junho de 2025, por meio de uma palestra com representantes do Candomblé. Os palestrantes Edson Rosa Fernandes (Babalorixá) e sua esposa, Luana (Ayalase), professora na Rede Estadual de

Ensino, pertencem ao terreiro EGBE OMO O NI ODE²⁴ - ÀŞE PIONEIROS – Candomblé, com sede em Campo Grande-MS.

Figura 5 – Momento de palestra com representantes do Candomblé



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O Candomblé é uma religião de matriz africana que passa por um processo de adaptação no Brasil em virtude das questões políticas, culturais, escravistas, religiosas e geográficas. Não tem uma data específica de seu nascimento, mas considera-se a sua organização no “início do século XIX, no Estado da Bahia, [e] carrega elementos da religiosidade encontrada na África Ocidental, em razão do grande número de escravizados vindos dos atuais Benin e Nigéria” (Filho, 2021, p. 39). O candomblé é uma mistura de diversos povos africanos, como Bantu, Iorubá e Fon, com os elementos culturais (povos originários e catolicismo importado da Europa) da sociedade brasileira.

Candomblé tem uma ligação profunda com a natureza, pois, sem ela, é impossível sua sobrevivência. A natureza é concebida por estas crenças como “energias divinas que emanam força e garantem a perpetuidade da vida. Por esta razão, a natureza sempre se constitui como

²⁴ EGBE (sociedade/grupo), OMO (filhos), O NI (é um legado, um rei, ou senhor) e ODE (é um título de caçador). É a Sociedade dos filhos, ou do rei, o Grande Caçador.

um altar sagrado para as tradições religiosas brasileiras” (Pinto, 2014, p. 47). Na cosmovisão dessas religiões, o sagrado está presente na vida da pessoa, no corpo, na criança, no velho, no alimento, no ritual litúrgico, no trabalho e em todos os aspectos da vida, da morte e do universo, exceto no mal caráter. A outra religião/crença também é algo sagrado, pois o “sagrado alheio é igualmente verdadeiro e digno, podendo inclusive ser agregado ou não, mas nunca é demonizado, achincalhado ou desacreditado” (Nogueira, 2020, p.66), como fazem algumas concepções religiosas, sobretudo, cristãs neopentecostais.

A palestra sobre o Candomblé no espaço escolar assumiu grande importância, no intuito de se aprofundar este tema e fazer as conexões necessárias com a tolerância e o diálogo inter-religioso, pois, muitos brasileiros ainda resistem em aceitar e conviver com os adeptos de religiões de matriz africana, imbuídos, muitas vezes, por preconceitos de cor e, por vezes, demonizando as práticas de seus afiliados. Pode-se argumentar que o Candomblé estabelece relações com as reflexões de Locke (2022) e Voltaire (2022), sobretudo, no que tange às guerras devido à interpretação da fé por doutrinas diferentes. Isso demonstra a complexidade de convivência religiosa enfrentada pelos seguidores do Candomblé neste país, diante de uma diversidade que exige tolerância e respeito.

O Babalorixá Edson, ao falar sobre o que é o Candomblé, diz que é uma comunidade de respeito e acolhimento, de celebração da vida. No Candomblé tem gastronomia, música, dança, ensinamento, convivência. Segundo ele, “ser do candomblé, basicamente, é respeitar todo ser vivo”. Esse pensamento reforça os princípios de dignidade do homem, promulgados pela DUDH (ONU, 2013) e referendados na CF (Brasil, 2016), podendo servir de alicerce para o diálogo entre as religiões, em detrimento de dogmas específicos de determinada crença.

O palestrante falou do preconceito que sofre o candomblecista – pelo Uber, pelo comerciante e pela sociedade em geral: “nós queremos respeito; o candomblé prega o respeito, a hierarquia; valoriza a criança, que é renovação; e valoriza a terceira idade, que é vivenciada na experiência plena”.

Quem são os religiosos/adeptos do candomblé? Onde estão? Segundo o Babalorixá Edson, de cada “10 pessoas que são candomblecistas, umbandistas, espíritas, 5 vão assumir e 5 vão dizer que são católicas. É o medo de assumir, o medo do preconceito, o medo da intolerância, da satanização, da exclusão”.

Conhecendo os impactos do racismo estrutural e suas manifestações simbólicas, não surpreende que muitos optem por ocultar sua filiação religiosa ou étnico-racial, especialmente

quando estas estão ligadas a tradições afro-brasileiras. Infelizmente essa realidade revela que o racismo, o preconceito e a intolerância estão muito presentes em nossa sociedade.

Por isso, é fundamental compreender que o racismo não se manifesta apenas por meio da cor da pele, mas também pela desvalorização simbólica das expressões culturais e espirituais afrodescendentes, o que confere ainda maior urgência à luta por reconhecimento, respeito e equidade dentro e fora do espaço escolar.

Qual é a melhor maneira de repelir a morte? Ao ser indagado sobre a morte, o Babalorixá ressaltou que se inibe a morte com “o respeito à vida, com o cuidar do corpo, pois ele é sagrado. Quando se usa drogas ilícitas, alcoolismo, não se respeita o corpo. E, se não se respeita o corpo, está desrespeitando a Deus”.

Nesse cenário, torna-se necessário também refletir sobre a dimensão antropológica do corpo humano no contexto das falas dos representantes religiosos, sobretudo, do Candomblé, que destaca o corpo como templo sagrado e expressão da relação com o divino, cuja concepção encontra respaldo na filosofia antropológica, segundo a qual o ser humano deve ser compreendido em sua totalidade - como corpo e alma/espírito, numa unidade indissociável. Conforme destaca Mondin (2008), o corpo humano não é apenas um dado biológico, mas um elemento fundamental da existência e da dignidade da pessoa. Cuidar do corpo é, portanto, reconhecer a sacralidade da vida, pois ele é o meio pelo qual o ser humano manifesta-se no mundo, constrói relações e se abre ao transcendente.

Ainda segundo o autor, o corpo é o lugar da presença do homem no mundo, o seu modo de existir, de se comunicar, de se doar e de se relacionar com os outros (Mondin, 2008) e, ao valorizar o corpo, respeitá-lo e protegê-lo, o sujeito compromete-se com uma ética do cuidado de si e do outro, superando visões fragmentadas e reducionistas da condição humana. Tal perspectiva aprofunda a compreensão de práticas religiosas que integram corpo e espiritualidade, como se observa nas religiões de matriz africana, em que danças, gestos, oferendas e rituais corporais compõem a expressão da fé e do pertencimento. Segundo Babalorixá, “ser do candomblé é buscar ser melhor como pessoa, como pai, como irmão, como profissional e buscar ser acolhedor, de modo que fazer o bem é uma obrigação para o candomblecista”.

A palestrante Ayalase, mãe de santo, argumentou que o candomblé é uma religião caracterizada pela ação matriarcal, pois existe algo no candomblé que somente as mulheres podem fazer: “o papel da mulher no candomblé é fundamental”. Para o Candomblé, a presença da mulher marca não apenas a liderança espiritual (autoridade), como também

ressalta que o “Ser Superior” faz-se presente na diversidade dentro do universo candomblecista, fator importante para entender a pluralidade de religião discutida na seção 3. A matriarcalidade é um elemento que reflete também a ancestralidade, pois são as mulheres que assumem o papel de continuidade da vida.

O Babalorixá finaliza a palestra enfatizando a importância de conhecer as religiões de matriz africana, inclusive, conhecer o Candomblé para falar sobre ele e poder desmistificar os preconceitos. Argumentou também sobre a necessidade de unir a fé com a vida prática e por fim, reafirmou a importância do respeito à crença alheia.

Figura 6 – Momento de explanação sobre o Candomblé e encerramento



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A vivência desta palestra trouxe uma riqueza religiosa e cultural para os estudantes e serviu de alerta para a aplicação dos princípios de tolerância na construção da paz, conforme pontuaram Locke (2022) e Voltaire (2022). Assim, o grande desafio para a sociedade brasileira é a urgência em o Estado promover, assegurar a tolerância e a liberdade, a fim de que se efetive a garantia da liberdade e da dignidade dos cidadãos.

4.4.4 Palestra sobre a doutrina Kardecista (espiritismo)

A quarta abordagem prática da pesquisa ocorreu no dia 16 de junho de 2025, por meio de uma palestra com o representante da doutrina Kardecista. O palestrante, Vitor Hugo é diretor do Centro Espírita Fraternidade Anália Franco, em Campo Grande-MS, na mesma religião da escola-campo de pesquisa.

Figura 7 – Momento de palestra com representante do Espiritismo



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Vitor iniciou a palestra focando na importância do raciocínio, da liberdade e da tolerância: “é necessário refletir sobre a vida e a conduta pessoal, ter liberdade de escolher o melhor para si e respeitar o outro. Ao falar sobre uma determinada religião, precisa-se, primeiramente, conhecê-la”. Ele argumenta que “a melhor religião do mundo é onde o coração do crente sente-se bem, é onde ela te faz melhor para si e para a sociedade. Quando se começa a compreender isso, a raciocinar sobre isso, as coisas começam a fazer sentido”. O conceito de liberdade defendido pelo palestrante faz uma ponte com os princípios de tolerância religiosa defendidos por Locke (2022) e Voltaire (2022).

Ao falar sobre reencarnação, o orador argumenta: “a reencarnação é para o homem se purificar e chegar à perfeição”. Essa afirmação sintetiza um dos princípios centrais da doutrina espírita, codificada por Allan Kardec, segundo a qual a vida humana é um processo contínuo de evolução moral e intelectual da alma. Nesse contexto, a reencarnação não é vista como punição, mas como oportunidade de aprendizado, reparação e aperfeiçoamento

espiritual, de forma que cada existência corporal oferece ao espírito a chance de superar vícios, desenvolver virtudes e aproximar-se de um ideal de plenitude ética e harmônica com as leis divinas. A ideia de reencarnação promove equilíbrio e aperfeiçoamento espiritual em quem se filia a esta doutrina, reforçando a autonomia do sujeito em busca de um caminho que o leve à prática moral.

Essa visão dialoga com valores como responsabilidade, liberdade de escolha e solidariedade, já que o aprimoramento espiritual está intrinsecamente ligado às ações praticadas em vida e, desta forma, a doutrina espírita valoriza profundamente a reencarnação como expressão da misericórdia divina e como instrumento de emancipação do espírito. A ênfase nesses valores pressupõe consonância nas ações praticadas por qualquer seguidor de terminada doutrina.

O princípio de ação e reação, no contexto da doutrina espírita, refere-se à ideia de que toda ação moral do ser humano gera uma consequência proporcional, tanto no plano espiritual quanto no material, diz respeito a uma concepção ética fundamentada na justiça divina, segundo a qual cada indivíduo é responsável por seus atos e colhe, em existências sucessivas, os frutos positivos ou negativos de suas escolhas. O princípio de ação e reação, portanto, sustenta uma ética da responsabilidade em que cada pessoa é agente de sua própria transformação interior e, de igual forma, promove uma visão mais aprofundada da vida humana, na medida em que o sofrimento deixa de ser interpretado como castigo e passa a ser entendido como oportunidade de crescimento e reequilíbrio moral.

Figura 8 – Momento de explanação sobre o Espiritismo e encerramento



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A palestra com o líder kardecista foi um momento de aprendizado para a turma do 3º ano A, visto que tratou de aspectos da curiosidade deles, tais como a prática de virtudes da doutrina kardecista/espírita, a jornada evolutiva da alma e, sobretudo, as questões que permeiam a identidade dos seguidores desta crença.

4.5 Exposição de *banners* nos seminários e na escola

Concomitante às aulas e palestras, também foram confeccionados *banners* a serem expostos na escola e em apresentações de seminários, favorecendo também a discussão acerca da temática. O *banner*, denominado “*Diálogo*”, apresentou uma abordagem direta e simbólica, cujo tema central propõe uma reflexão profunda sobre o papel da comunicação como ferramenta para a construção de relações mais saudáveis, respeitosas e colaborativas dentro da comunidade escolar, destacando que dialogar vai além de, simplesmente, falar, pois envolve: escutar ativamente, reconhecer o outro como legítimo em sua diferença, negociar sentidos e buscar compreender, sendo certo que essa perspectiva amplia o entendimento de diálogo como uma postura ética e política, essencial para a convivência democrática.

Figura 9 – Exposição de *Banners* na escola



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Indiscutivelmente, o seu conteúdo contribui para promover valores como empatia, escuta ativa, respeito às diferenças e cultura de paz, podendo servir como ponto de partida para práticas pedagógicas que incentivem a resolução pacífica de conflitos, a participação crítica dos alunos e o fortalecimento da convivência entre os diversos atores da comunidade escolar.

Além disso, ao tratar o diálogo como construção do comum, o *banner* estimula a ideia de que a escola é um espaço coletivo, onde todas as vozes devem ser ouvidas e consideradas, tratando-se, pois, de uma peça com grande potencial formativo, tanto no aspecto individual quanto no coletivo, reforçando o compromisso da escola com a formação integral de seus estudantes.

Figura 10 – Banner: O que é diálogo?





Fonte: Autor da pesquisa (2025).

O banner intitulado “*Tolerância e Religião*”, exposto durante as atividades dos seminários, foi confeccionado como um recurso visual didático, com o objetivo de sintetizar e reforçar os principais conceitos abordados ao longo do projeto, sendo que a sua elaboração partiu do pressuposto de que a comunicação visual exerce papel fundamental no processo educativo, especialmente, no estímulo à reflexão, ao diálogo e à internalização de valores como respeito, diversidade e convivência pacífica.

A composição gráfica do banner articula elementos visuais e textuais de forma harmônica. Desse modo, o banner apresenta uma definição clara e acessível sobre a noção de tolerância religiosa, relacionando-a com o respeito à pluralidade de crenças e à liberdade de consciência, princípios fundamentais em uma sociedade democrática e laica.

Um dos pontos significantes do material reside na inclusão de mensagens reflexivas e poéticas, que buscam sensibilizar os estudantes e ampliar a compreensão conceitual da temática, cuja estratégia pedagógica favorece a aproximação afetiva com o conteúdo, rompendo com o discurso meramente informativo e incentivando uma (re)leitura crítica e sensível do fenômeno religioso.

A presença do banner nas dependências da escola, durante e após os eventos, também cumpriu uma função didática e simbólica importante. Essa ação reafirma o compromisso da instituição com o respeito às diferenças, a cultura da paz e os direitos humanos e, dessa forma, ao transformar um objeto visual em instrumento pedagógico, reforça-se o entendimento de que a educação para a tolerância deve ser contínua, transversal e vivida no cotidiano escolar.

Figura 11 – Banner: Tolerância e religião

TOLERÂNCIA & RELIGIÃO

A tolerância consiste em buscar conviver com o diferente tendo como princípio a compreensão e o respeito às suas particularidades.



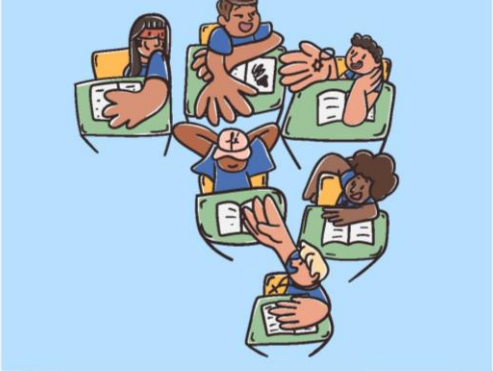
Impulsiona o ser humano a se "relacionar e conviver com pessoas e grupos humanos pertencentes a grupos culturais, religiosos e tradições culturais diferentes das nossas, respeitando as diferenças e sem tentar impor o próprio credo ou modo de vida" (TAMAYO, Juan José *Fundamentalismos y diálogos entre religiones*. Editorial Trotta, Madrid, 2004, p. 144).



A tolerância e o diálogo não diluem as características de cada religião, mas luta contra o racismo, o preconceito, a xenofobia e as mais diversas formas de ameaças sistemáticas da vida, do planeta, da liberdade e da dignidade humana.



O Brasil, em sua gênese, estrutura e desenvolvimento é um país miscigenado, formado, sobretudo, pela cultura dos povos originários, europeus e africanos. A essa diversidade cultural se estende também a religião.



Quando não há diálogos, reconhecimento e respeito ao diferente, proliferam preconceitos, perseguições, conflitos políticos, religiosos e a violação do princípio da liberdade religiosa.



Promover e respeitar a liberdade religiosa é um princípio ético que consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945) e na Constituição Federal de 1988.

A sua religião, ou crença te faz um ser humano melhor?



Fonte: Autor da pesquisa (2025).

O *banner* nominado como “O Diálogo Platônico e a Tolerância Religiosa: Uma Proposta para o Ensino Médio” comportou um conteúdo significativo para o ambiente escolar, especialmente, em sua abordagem da diversidade religiosa e da convivência respeitosa entre diferentes visões de mundo, de forma que, através de dois poemas/textos - um de Pedro Aprigio e outro de Ana Mari Souza - o material promove uma reflexão ética e crítica sobre fé, espiritualidade, liberdade de crença e responsabilidade social.

No primeiro poema, de Pedro Aprigio, a mensagem central gira em torno da integração entre fé, vida e razão, destacando a importância do amor, da liberdade e do respeito às diferentes manifestações religiosas e, ao questionar a coerência entre fé e conduta, o texto sugere que a espiritualidade autêntica não se realiza por meio do julgamento ou da imposição, mas através da empatia e da vivência coerente com os princípios de amor e de justiça.

O segundo poema, de Ana Mari Souza, convida a refletir sobre uma visão mais ampla e inclusiva da espiritualidade, acolhendo tanto crentes quanto não crentes, pessoas ligadas à ciência, à arte ou à magia, valorizando o respeito à diversidade como um princípio fundamental da convivência humana, e denuncia a intolerância religiosa como uma contradição frente à própria origem do termo “religião”, que vem do latim *religare* - “unir”. Dentro desse enfoque, o poema sugere que mais útil do que julgar crenças é praticar a solidariedade, cuidando daqueles que sofrem e precisam de acolhimento.

O seu teor contribui diretamente para a formação ética, cidadã e crítica dos estudantes, especialmente no Ensino Médio, momento em que se ampliam os debates sobre identidade, valores e mundo social e, ao trabalhar o tema da tolerância religiosa por meio da poesia, o material alia conteúdo filosófico, estético e pedagógico, favorecendo a sensibilização e o engajamento dos jovens. Além disso, ao dialogar com a proposta de Platão e valores contemporâneos, promove uma ponte entre o pensamento clássico e os desafios da atualidade, incentivando a reflexão sobre como viver juntos em meio à diversidade.

Figura 12 – Banner: Poesias/Poemas



O DIÁLOGO PLATÔNICO E A TOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO MÉDIO

Pedro Aprigio dos Santos
Cristina de Souza Agostini

Religião, vida e razão

Acreditar em Deus e não viver
É estar em uma grande contradição
Refleta sobre em que(quem) você crê
É necessário unir fê, vida e razão.



Sua crença (ou a) religião
Não deve ser para julgar ninguém
De sua conduta faça sempre reflexão
Respeite o som do tambor e o amém.



A visão e experiência do sagrado
É diversa em toda humanidade
Mas, quem determina o que é o sagrado
E como se deve viver a espiritualidade?



Crer e amar é um ato de liberdade
Por isso, não obrigue ninguém a acreditar
Disso tenha consciência e responsabilidade
Viva o diálogo e a tolerância para conquistar.

A crença sem amor é contradição
Não é eficaz nem gera transformação
É possível ter Deus no coração
E negar o direito de viver ao irmão?



Deus, religião, fê e razão
Para onde vai o ateu e o crente?
Este ou aquele tem a salvação?
Esta não é a missão da gente.

(Pedro Aprigio)



Poema Religioso

Quatro pontos têm a minha religião
Faço deles a minha filosofia e faço deles a minha ação
Viva, creia, ame e faça, essa também é minha oração,
Viva sua filosofia, ame a sua arte,
Creia na sua religião e faça a sua parte,
Mas não use sua religião pra tentar reprimir o outro,
Somos [oito] bilhões de mentes no mundo e
Querer que todo mundo creia na mesma coisa é no mínimo papo de louco.

Eu respeito todos que tem fê,
Eu respeito todos que não há tem,
Eu respeito quem crê em um Deus,
Eu respeito quem não crê em ninguém.

Eu gosto de quem tem fê no verso,
Eu gosto de quem tem fê em si mesmo,
Eu gosto de quem tem fê no universo,
E eu gosto dos que andam a esmo.

Um abraço pra quem é da ciência,
Um abraço pra quem é de Deus,
Um abraço pra quem é da arte,
E um abraço pra quem é ateu.

Axé pra quem é de axé, amém pra quem é de amém,
"Blessed be" pra quem é de magia,
E amor pra quem é do bem.

Intolerância religiosa é a própria contradição,
Religião vem do latim religare que significa união,
Então pare de dividir o mundo entre os que vão e os que não vão para o paraíso,
O nosso mundo tá doente em tudo enquanto nos perdemos tempo brigando por isso,
Ao invés de dividir as religiões entre as que são do mal e as que são do bem,
Que tal botar sua ideologia no bolso e ajudar aquele moço
Que de frio morre na rua desamparado e sem ninguém,
Os grandes mestres já disseram que precisamos de união,
Então porque não fazer do respeito também uma religião.

(AnaMari Souza)

POEMA RELIGIOSO. Disponível em: <<https://iracema.blogspot.com/2017/01/poema-religioso-ana-mari-souza-ana-mari.html>>. Acesso em 15 mai de 2025.

Ilustração: Aline Agostini.

Fonte: Autor da pesquisa (2025).

Esta parte prática do projeto - composta por seminários, palestras e rodas de conversas – tornou possível executar a proposta pedagógica desta pesquisa, com os objetivos de promover o respeito à diversidade religiosa, estimular o diálogo inter-religioso e combater práticas de intolerância por meio de experiências formativas vividas no espaço escolar.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa discutiu alguns diálogos platônicos, como *Fedro* e *República*, bem como trilhou os caminhos das religiões nos aspectos antropológicos e das ciências das religiões, com ênfase na necessidade e na importância da tolerância religiosa. A proposta desta pesquisa tornou possível unir a teoria e a prática por meio dos seminários, das rodas de conversa e das palestras realizados na Escola Estadual Cívico-Militar Marçal de Souza Tupã-Y, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, pelos representantes das religiões evidenciadas na seção 4.

Desse modo, a abordagem iniciada neste trabalho remete ao método dialético de Platão aplicado no Ensino Médio. Para isso, a proposta trabalhada com os estudantes em sala de aula deu-se por meio do recorte de alguns de seus textos, em especial dos livros platônicos citados aqui.

Verificou-se, com isso, que o diálogo é essencial nas relações humanas. Ele é um elemento pedagógico, didático e ético. Mas, para que a ação dialógica seja efetiva, é fundamental haver abertura, respeito e escuta nas interações. Platão, dentro da filosofia, desenvolve a concepção dialógica de seu mestre, Sócrates, que fornece mecanismos de como se deve dialogar, como deve ser um diálogo filosófico: na ação dialógica, é essencial ouvir e respeitar o outro: aceitar o contraditório. Além disso, a mudança de opinião ou de visão pauta-se de acordo com a força do argumento, do *logos*.

Tanto em *Fedro* quanto em *República*, o diálogo só se realiza porque há um ambiente amistoso. Em *Fedro*, Sócrates chama a atenção para o verdadeiro discurso que deve ser alinhado com a verdade e como um organismo vivo em que há uma relação das partes com o todo. O discurso, efetivado no *logos*, é a gênese do diálogo socrático, por isso a metáfora apresentada em *Fedro* - o discurso como um organismo vivo - enfatiza a estruturação do discurso semelhante a um ser vivo, em que seus membros são necessários para o funcionamento do corpo. Embora com funções distintas, cada um, individualmente, coopera para o funcionamento do todo. Sócrates apresenta o *logos* em sua funcionalidade plena: o discurso deve ser coerente, e suas partes devem convergir para a harmonia do todo. Por isso, o discurso ético é comparado a um organismo saudável, pois ele é verdadeiro e nele não cabe qualquer forma de incoerência.

Na *República*, especificamente no Livro I, foram destacados três personagens: Sócrates, Polemarco e Trasímaco, que discorrem sobre a temática da justiça, sobre a ação

dialógica e sobre a impossibilidade do diálogo. Polemarco tem a ideia de que a justiça é ajudar os amigos e prejudicar os inimigos, mas Sócrates diverge dessa posição, colocando a possibilidade de perguntas, de respostas e de argumentos. Polemarco percebe a fragilidade e contradição de sua tese, concorda com a dinâmica dialógica e com a força do *logos*. Trasímaco, que é um sofista, tem argumento diferente sobre os conceitos de justiça, prevalecendo a vontade e a força do mais forte. Com uma postura impositiva, não quer ser questionado, mas expor sua opinião. No desenvolvimento do discurso, Sócrates leva seu interlocutor à contradição, mas ele não aceita ser contrariado, não quer seguir o método dialógico, desprezando a força do *logos*.

Foi posto e analisado o fenômeno religioso como aspecto cultural, político, econômico e social. Apresentou-se a crença em uma divindade vinculada a uma estrutura social-cultural e geográfica com sua mitologia, simbologia e ritualística. Além disso, argumentou-se que o diálogo, em termos filosóficos, desenvolvido nesta pesquisa, não é possível entre as religiões, pois cada religião tem seus dogmas e atribui a si a verdade. Frente a isso, a tolerância surge como caminho para que seja possível a coexistência da pluralidade e a liberdade religiosa, sobretudo, no Brasil, que é um país laico e democrático, e cuja Constituição evidencia que o Estado não deve impor crenças religiosas e nem ter condutas hostis ao fenômeno religioso, nem aos seus adeptos como pontuou (Santos, 2017), na seção 3 - sobre a tolerância e sua necessidade para a construção da paz.

Para justificar o que foi implementado nas seções teóricas - parte prática deste trabalho foi realizada na escola-campo de pesquisa. Os momentos interativo-práticos promoveram uma experiência bastante positiva para todos que dela participaram. A realização dos encontros com representantes de diferentes tradições religiosas - Cristianismo (católico e neopentecostal), Candomblé e Kardecista (espiritismo) - permitiu aos estudantes vivenciarem a tolerância como experiência concreta, abrindo espaço para a escuta ativa, esclarecimento de dúvidas, quebra de estigmas e reconhecimento do outro em sua singularidade, sendo que cada encontro foi marcado por um olhar específico sobre o sagrado, mas todos convergiram para a valorização da liberdade de crença, do respeito mútuo e da ética na convivência saudável e tolerante.

As falas dos convidados elucidaram temas sensíveis como o racismo estrutural e religioso, o preconceito contra religiões de matriz africana, a espiritualidade como prática de amor e a importância do cuidado com a vida e com o corpo, cujas reflexões possibilitaram aos estudantes uma (re)leitura crítica da realidade, promovendo o exercício da empatia e o

desenvolvimento de uma consciência cidadã alinhada aos princípios dos direitos humanos, conforme os documentos oficiais - DUDH (ONU, 2013) e CF (Brasil, 2016).

Do ponto de vista pedagógico, a pesquisa mostrou-se interdisciplinar, envolvendo professores de Filosofia, Sociologia, História e Geografia, e dialogando com as competências da BNCC (Brasil, 2018) e do Currículo de Referência do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo que a abordagem integradora favoreceu uma formação ampla e ética, conectando teoria e prática, conhecimento e vivência.

Além disso, pode-se afirmar que os seminários contribuíram de forma expressiva para a construção de uma cultura de paz no ambiente escolar, reforçando a escola como um espaço privilegiado para o exercício da tolerância, da escuta e da valorização da diversidade. A experiência deste trabalho demonstra que educar para o respeito religioso é também educar para a cidadania, pois o diálogo e a tolerância são vias legítimas e necessárias para a convivência humana.

Sendo assim, a problemática abordada nesta pesquisa possibilitou analisar o contraste entre o diálogo filosófico, que permite o questionamento, e a natureza dos fundamentos da religião, muitas vezes, presas em seus dogmas. Os resultados apontam para o caminho da coexistência pacífica das religiões por meio da educação voltada à prática da tolerância, como se verificou nas propostas de Locke (2022), Voltaire (2022) e Tamayo (2004). Desse modo, quando há intolerância, como ocorre, muitas vezes, com as religiões de matriz africana e/ou com o espiritismo, torna-se urgente a aplicação dos princípios trazidos por esses autores. A tolerância, portanto, é um pilar fundamental para a manutenção da paz e da dignidade humana e deve ser praticada constantemente na sociedade, indicando que a pluralidade deve ser respeitada e ensinada nos mais variados campos do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Cristina de Souza. O personagem desarrazoado n'A *República*, de Platão. In: **Codex - Revista de Estudos Clássicos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, e112202313, 2023.
- ANDRADE, Joachim. **Introdução às ciências da religião: buscando um diálogo com outros saberes**. Curitiba: InterSaberes, 2022.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Niterói-RJ: Vega, 1998.
- BRASIL. **[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília-DF: MEC, 2018.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulus, 2021.
- EBREY, David; KRAUT, Richard. Introdução ao Estudo de Platão. In: **O companheiro de Cambridge para Platão**. Editado por EBREY, David; KRAUT, Richard. Cambridge: Universidade de Cambridge, 2022.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.
- FILHO, Mário A. Silva. **Religião afro-brasileira**. São Paulo: Lafonte, 2021.
- GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio**. Campinas-SP: Papirus, 2012.
- _____. **Filosofia: experiência do pensamento**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016.
- GOLDSCHMIDT, Victor. **Os diálogos de Platão: estrutura e método dialético**. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- GUSDORF, Georges. **Professores para quê? para uma pedagogia da pedagogia**. Trad.: M.F. 4. ed. São Paulo: Editora EMF Martins Fontes, 2022.
- HAN, Byung- Chul. **A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje**. Trad. Lucas Machado. Petrópolis-RJ: Vozes, 2022.
- _____. **A crise da narração**. Trad. Daniel Guilhermino. Petrópolis-RJ: Vozes, 2023.
- HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Sapiens – Uma breve história da humanidade.** 51. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

_____. **Como nós conquistamos o mundo.** São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2022.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e verdade: a questão fundamental da filosofia: da essência da verdade.** 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

LOCKE, John. **Carta sobre a tolerância.** In: LOCKE, John; VOLTAIRE, M. de. Sobre a tolerância. Trad. Juliana F. Martone, Márcio Suzuki; textos introdutórios de Mark Goldie; Desmond M. Clarke. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul:** etapa do Ensino Médio. Campo Grande-MS: SED, 2021.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Político Pedagógico:** Escola Estadual Cívico-Militar Marçal de Souza Tupã-Y. Campo Grande-MS: SED, 2022.

MICHELETTI, Mario. **Filosofia analítica da religião.** Trad. José Afonso Beraldin. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MOLINARO, Aniceto. **Metafísica:** curso sistemático. São Paulo: Paulus, 2002.

MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia** (Volume 2). 9. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **O homem, quem é ele?** - elementos de antropologia filosófica. 13. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa.** São Paulo: Pólen, 2020.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Diálogos entre fé e razão.** São Paulo: Paulinas, 2000.

ONU. ASSEMBLEIA GERAL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** In: Direitos Humanos, 4. ed.- Brasília-DF: Senado Federal, 2013.

PINTO, Flávia. **Umbanda religião brasileira: guia para leigos e iniciantes.** Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

_____. **Umbanda preta: raízes africanas e indígenas.** Rio de Janeiro-RJ: Fundamentos de Axé, 2022.

POEMA RELIGIOSO. Disponível em:<<https://innsone.blogspot.com/2017/01/poema-religioso-mariana-souza-anamari.html>>. Acesso em 15 mai. 2025.

PLATÃO, **A República.** Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Fedro.** Trad. Carlo Alberto Nunes. Belém-PA: EDUFPA, 1975.

PORTA, Mario Ariel González. **A filosofia a partir de seus problemas**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ROSSI, Luiz Alexandre Pelano; PERONDI, Ildo. **Rito, mito e símbolo como fenômenos religiosos e sociológicos**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Pluralismo religioso: as religiões no mundo atual**. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SANTOS, Milene Cristina. **Intolerância religiosa: do proselitismo ao discurso de ódio**. Belo Horizonte: Editora D' Plácido, 2017.

SILVEIRA, Valeska Freman B. Freitas. **Sepulturas e a relação dos seres humanos com a morte ao longo da história**. In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério; OLENIKI, Marilac Loraine; ORTIZ, Francine Porfirio. Caderno pedagógico para o Ensino Religioso: a cultura religiosa no Ensino Médio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

SOFISTE, Juarez Gomes. **Sócrates e o ensino da filosofia**: Investigação Dialógica: uma pedagogia para a docência de filosofia. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

TAMAYO, Juan José. **Fundamentalismos y diálogos entre religiones**. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

VOLTAIRE, M. de. **Tratado sobre a tolerância**. In: LOCKE, John; VOLTAIRE, M. de. Sobre a tolerância. Trad. Juliana F. Martone, Márcio Suzuki; textos introdutórios de Mark Goldie; Desmond M. Clarke. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

ANEXOS

ANEXO I – RECORTE DE TEXTO DE *FEDRO*, DE PLATÃO²⁵

Sócrates - Pois ele tem razão, amigo. Então, pelo que vejo, Lísias esteve entre nós?

Fedro - Sim, com Epícrato, naquela casa ao pé do templo de Zeus Olímpico, a Moriquia.

Sócrates - E a razão, amigo, é a seguinte: até agora não fui capaz de conhecer-me a mim mesmo, conforme aquilo do oráculo de Delfos, donde parecer-me ridículo estudar coisas estranhas, antes de saber o que, de fato, sou.

[...]

Sócrates - Realmente, a condição humana implica a faculdade de compreender o que denominamos ideia, isto é, ser capaz de partir da multiplicidade de sensações para alcançar a unidade mediante a reflexão. É a reminiscência do que nossa alma viu quando andava na companhia da divindade e, desdenhando tudo o que atribuímos à realidade na presente existência, alçava a vista para o verdadeiro ser. Daí, justificar-se só ter asas o pensamento do filósofo, porque este se aplica com todo o empenho, por meio da reminiscência, às coisas que asseguram ao próprio deus a sua divindade. Só atinge a perfeição o indivíduo que sabe valer-se da reminiscência e foi devidamente iniciado nos mistérios. Indiferente às atividades humanas e ocupado só com as coisas divinas, geralmente passa por louco, já que o vulgo não percebe que ele é inspirado.

[...]

Se prevalecem os elementos mais nobres da alma, que dirigem o entendimento para uma vida ordeira e dedicada à filosofia, passam ambos a desfrutar aqui mesmo uma vida feliz e harmoniosa, por serem de conduta ilibada e saberem dominar-se, pois escravizam a porção geratriz do vício e libertam a que dá nascimento à virtude. No término da vida, alados novamente e muito leves, saem vencedores de uma das três lutas verdadeiramente olímpicas, não havendo maior bênção que a sabedoria humana ou o delírio divino possam conferir ao homem. No caso, porém, de terem seguido uma vida menos nobre, afastada da filosofia e dominada pela ambição, pode acontecer que na embriaguez ou em qualquer outro momento de descuido os dois cavalos intemperantes de uma e de outra parte, encontrando sem defesa as respectivas almas e congregando esforços as conduzam para o mesmo fim, decidindo-se pelo que o vulgo considera felicidade máxima: a satisfação de seus desejos.

Sócrates - Logo, é evidente para todo o mundo que não é vergonhoso escrever discursos.

Fedro - Como poderia sê-lo?

Sócrates - Vergonhoso, segundo penso, seria não escrever nem falar bem, porém mal e torpemente.

Fedro - É claro.

Sócrates - Em que consiste escrever bem ou mal? Haverá necessidade, Fedro, de falarmos com Lísias a esse respeito, ou com que quer que haja escrito ou ainda venha a escrever sobre assunto público ou privado, quer o faça em versos como os poetas, quer sem metro, como os prosadores?

[...]

Fedro XLII

Então, conversemos. Sócrates

²⁵ Texto adaptado para atividades desenvolvidos nas aulas de Filosofia no 1º bimestre de 2025 nas turmas dos 3º anos.

E agora, passaremos a examinar o que nos propusemos antes: como ou quando se fala e escreve bem, e quando não?

Fedro - Sem dúvida.

Sócrates - Para falar certo e com elegância, não será necessário haver no pensamento de quem fala o conhecimento do que constitui a verdade do assunto a ser desenvolvido?

Fedro - A esse respeito, meu caro Sócrates, ouvi dizer que quem quer ser orador não precisa saber o que é, de fato, justo, mas apenas o que sobre isso opina a maioria, que é de quem, afinal, depende o julgamento, nem o que é, realmente, bom e belo, mas apenas o que parece ser. Nisso é que se funda a persuasão, não na verdade.

Sócrates - Não, Fedro; não pode ser de some-nos valor a palavra dos sábios. Precisamos, então, ver se ela é justa, e se o que disseste precisa ser admitido ou rejeitado.

[...]

Sócrates - Sem dúvida, se os argumentos que depõem a seu favor admitissem que se trata de uma arte, pois tenho a impressão de ouvir outras vozes que se aproximam e afirmam ser mentira, por tratar-se, não de arte, mas de uma simples rotina. Sem a verdade, diria algum espartano, nunca houve nem poderá haver autêntica arte da palavra.

[...]

Sócrates - Porém uma coisa, quero crer, terás de admitir: que todo discurso precisa ser construído como um organismo vivo, com um corpo que lhe seja próprio, de forma que não se apresente sem cabeça nem pés, porém com uma parte mediana e extremidades bem relacionadas entre si e com o todo.

(Pl., Fdr., (227 b - 264, c))

ANEXO II – RECORTE DE TEXTO DE A *REPÚBLICA* DE PLATÃO: ALEGORIA DA CAVERNA²⁶

- Depois disso, falei, compara nossa natureza, no que se refere à educação ou à ausência de educação, com uma experiência como esta. Imagina homens que estão numa morada subterrânea, semelhante a uma fumaça, cujo acesso se faz por uma abertura que abrange toda a extensão da caverna que está voltada para a luz. Lá estão eles, desde a infância, com grilhões nas pernas e no pescoço de modo que fiquem imóveis onde estão e só voltem o olhar para a frente, já que os grilhões os impedem de virar a cabeça. De longe chega-lhes a luz de uma fogueira que arde num local mais alto, atrás deles, e, entre a fogueira e os prisioneiros, há um caminho em alicha ao longo do qual se ergue um pequeno muro semelhante ao tabique que os mágicos põem entre eles e os espectadores quando lhes apresentam suas habilidades.

-Estou imaginando... disse.

- Pois bem! Imagina homens passando ao longo desse pequeno muro e levando toda espécie de objetos que ultrapassam a altura do muro e também estátuas de homens e de outros animais, feitas de pedra e de madeira, trabalhadas das mais diversas maneiras. Alguns dos que os carregam, como é natural, vão falando, e outros seguem em silêncio.

- Estranho é o quadro que descreves, disse, e estranhos também os prisioneiros...

- Semelhantes a nós... disse eu. Em primeiro lugar, pensas que tais homens já viram de si mesmos e dos companheiros algo que não fossem as sombras projetadas pela fogueira diante deles, na parede da caverna?

Como poderiam? Eram obrigados a permanecer com as cabeças imóveis durante toda a vida!

- E a respeito dos objetos que estavam sendo transportados? Não acontece o mesmo? - Como não?

-Então, se fossem capazes de conversar entre si, não achas que eles pensariam que, ao dar nome ao que estavam vendo, estariam nomeando coisas realmente existentes?

- Forçosamente.

- E se, da parede fronteira da caverna, viesse um eco? Acreditas que, quando um dos passantes falasse, eles pensariam que era um outro que estava falando e não a sombra que passava?

-Por Zeus! Eu não!

- De maneira alguma, disse eu, homens em tal situação não julgariam verdade outra coisa que não as sombras de objetos fabricados.

- Forçosamente, disse.

- Observa agora, disse eu, como seria para eles a libertação dos grilhões e a cura da ignorância, se isso lhes ocorresse de forma natural. Sempre que um deles fosse liberto dos grilhões e obrigado a pôr-se de pé de repente, a virar o pescoço, a andar e a olhar para a luz, tudo isso o faria sofrer e, sob a luminosidade intensa, ficaria incapaz de olhar para aqueles objetos cujas sombras havia pouco estava vendo. O que diria ele, na tua opinião, se alguém lhe dissesse que o que ele via antes era apenas uma coisa - nada, mas que agora, mais próximo do ser, voltado para o que é mais ser, está enxergando melhor e, apontando cada um dos objetos que estavam passando, com suas perguntas o obrigasse a dizer-lhe o que era? Não achas que

²⁶ Atividades desenvolvidas nas aulas de Filosofia no 1º bimestre de 2025 nas turmas dos 3º anos.

ele se veria em dificuldades e julgaria que os objetos que via antes eram mais verdadeiros do que os que lhe estavam sendo mostrados agora?

- Muito mais verdadeiros, disse.

- Então, também se alguém o obrigasse a olhar para a própria luz, não sentiria doerem-lhe os olhos, não tentaria escapar voltando-se para os objetos para os quais podia olhar? Não os julgaria realmente mais nítidos do que os que The estavam sendo mostrados?

- É o que penso, disse.

- E se, disse eu, alguém o arrastasse dali à força pela ladeira áspera e abrupta e não o largasse antes de conseguir arrastá-lo para fora e expô-lo à luz do sol, será que ele não sofreria dores, não se indignaria por o arrastarem e, quando chegasse até a luz, com os olhos ofuscados pelo a fulgor, nada seria capaz de ver do que agora lhe dissessem ser verdadeiro?

- De imediato, pelo menos, disse, não seria capaz...

- Seria preciso, creio, que se habituasse, se pretendes- se ver o que estivesse no alto. Primeiro, iria ver muito facilmente as sombras, depois as imagens dos homens e as dos outros objetos na água e, mais tarde, os próprios homens e os objetos; depois, à noite, voltando o olhar para a luz dos astros e da lua, contemplaria o que estivesse no céu e o h próprio céu com mais facilidade que, durante o dia, o sol e a luz do sol.

- Como poderia deixar de ser assim?

- Em último lugar viria, creio, o sol, não os reflexos dele na água ou em outra superfície, e ele seria capaz de ver e contemplar o próprio sol, no lugar que é o dele, tal qual ele é

- Necessariamente, disse.

Depois disso, a respeito do sol, já inferiria que é ele que cria as estações e os anos e tudo governa no mundo visível e é, de certo modo, a causa de tudo aquilo que viam.

- É evidente que, disse, depois de passar por aquelas experiências chegariam a essas conclusões.

- E então? Ao lembrar-se de sua primeira morada, da sabedoria lá existente e de seus companheiros de prisão, não achas que ele se felicitaria pela mudança havida mas sentiria compaixão pelos outros?

- E muita compaixão...

- Se, naquele tempo, entre eles havia honras, louvores e também prêmios concedidos a quem observasse com um olhar mais aguçado os objetos que desfilassem diante deles e se lembrasse melhor do que costumava vir antes, depois a ou simultaneamente e, a partir disso, tivesse mais capacidade para adivinhar o que estivesse por vir, na tua opinião, não achas que ele cobiçaria essas recompensas e invejaria os que, entre eles, fossem honrados e tivessem poder? Ou achas que ele passaria pela experiência de que fala Homero e preferiria, no trabalho da terra, sendo escravo de outro homem sem posses, sofrer qualquer coisa que fosse, a ter aquelas opiniões e viver daquela maneira?

É assim, disse ele, que eu penso. Estaria mais disposto a sofrer o que fosse que a viver daquele modo.

- Reflete sobre isto! disse eu. Se, de novo, esse fulano descesse e se sentasse naquele mesmo local, não ficaria com os olhos toldados pela escuridão ao sair de repente do sol?

- É bem isso que aconteceria, disse.

- E se ele, a respeito da significação daquelas sombras, precisasse competir com os que continuavam como prisioneiros, no momento em que sua visão estivesse fraca e antes que seus olhos estivessem bem - e esse tempo de acomodação não seria muito curto-, será que não seria motivo de riso? Não diriam dele que, tendo ido lá para cima, tinha voltado com os olhos lesados e que não valia a pena nem mesmo tentar ir até lá? E a quem tentasse libertá-los e conduzi-los lá para cima, se de alguma forma pudessem segurá-lo com suas mãos e matá-lo, eles não o matariam?

É bem isso que faria, disse.

- Pois bem! disse eu. Essa imagem, caro Gláucon, debes aplicar a tudo que foi dito anteriormente, assemelhando o lugar que vemos com nossos olhos à morada na prisão, e a luz da fogueira que arde lá ao poder do sol. E, se tomares a subida até o alto e a visão das coisas que lá estão como a ascensão da alma até o mundo inteligível, não me frustrarás em minha expectativa, já que queres ouvir-me falar dela. Deus sabe se ela é verdadeira... Em todo caso, eis o que penso. No mundo cognoscível, vem por último a ideia do bem que se deixa ver com dificuldade, mas, se é vista, impõe-se a conclusão de que para todos é a causa de tudo quanto é reto e belo e que, no mundo visível, é ela quem gera a luz e o senhor da luz e, no mundo inteligível, é ela mesma que, como senhora, propicia verdade e inteligência, devendo tê-la diante dos olhos quem quiser agir com sabedoria na vida privada e pública. (Pl., R., 514a - 517e).